

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008
Área Temática: PAA - SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Estoque de grãos terá 6 milhões – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008	5
Para analistas, plano só funciona a longo prazo – Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008	6
Cassel propõe grupo para discutir segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008	7
PAA completa cinco anos mais fortalecido – Sítio Eletrônico do MDS – 01/07/2008	9
Cesta básica tem alta de até 30% no semestre – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008	10
Cesta básica tem aumento de até 52% em 12 meses – Toni Sciarretta - Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008	12
Lula ataca especulação com alimentos – Adriana Küchler – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008	13
FMI culpa países ricos pela alta da inflação – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008	15
Dieese diz que custo da cesta básica já avançou até 52% em 12 meses – Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 02/07/2008	16
Preços mínimos de alimentos essenciais têm reajuste de até 65% - Sítio Eletrônico do MAPA -02/07/2008	17
Em reunião do Consea, recomposição do Bolsa Família é lembrada como uma das iniciativas para enfrentar a alta dos alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2008	18
Alimentos não devem recuar com medidas – Ana Paula de Carvalho e Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 03/07/2008	19
Para Lula, crise dos alimentos é "oportunidade" – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008	20
Preço de alimentos subiu 75% devido ao álcool, afirma jornal – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008	21
'A desnutrição aguda sumiu' - Bernardo Mello Franco e Evandro Éboli – O Globo – O País – 04/07/2008	22
Educação dá resultado também contra a fome – Isabela Martin – O Globo – O País – 04/07/2008	23
Doméstica esperou três gerações para se livrar do fantasma da desnutrição - Letícia Lins – O Globo – O País – 04/07/2008	24
PAA deve ser transformado em política pública permanente – Sítio Eletrônico do MDS – 04/07/2008	25
A inflação de commodities e os mercados financeiros - Marcio Garcia – Valor Econômico – Opinião - 04/07/2008	26
O etanol e a solidão das vaquinhas brasileiras – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião - 06/07/2008	28
Contra "agflação", G8 quer mais estoques – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 06/07/2008	30
Chance ao Brasil - O Globo – Opinião – Editorial – 06/07/2008	31

Pastoral confirma queda de desnutrição infantil – Soraya Aggege - O Globo – O País – 06/07/2008.....	32
Bush frustra expectativa de reunião do G-8 - O Globo – Capa – 07/07/2008.....	33
Sem acordo à vista no G-8 - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008 .	33
O esforço internacional para conter a alta dos alimentos - Walter Belik – Valor Econômico – Opinião - 07/07/2008	35
Ricos prometem pacote alimentar – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008.....	37
Tratar diferente os desiguais - Patrus Ananias – Valor Econômico – Opinião - 08/07/2008	38
Alta de preços pode levar 47 mi à linha de pobreza na AL – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008	40
PNAE vai comprar pescado do PAA para alimentação escolar – Sítio Eletrônico da Conab – 09/07/2008	40
Emergentes vão responsabilizar G-8 pela alta dos alimentos e do petróleo – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008	41
Cinismo alimentar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 09/07/2008.....	42
Emergentes levam ao G-8 debate sobre fome - Gilberto Scofield jr – O Globo – Economia – 09/07/2008.....	43
G-5 rejeita culpa pela alta de preço de alimentos - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 09/07/2008.....	44
Deus fez a sua parte - CARLOS ALBERTO SARDENBERG – O Globo – Opinião – 10/07/2008.....	45
Reunião do G-8 acaba sem consenso - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 10/07/2008.....	47
Expectativa de menor estoque puxa preços – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008.....	48
'Preços de alimentos bateram no teto', diz Lula – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/07/2008	48
Brasil defende segurança alimentar e nutricional em reunião da OEA – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2008.....	49
Emergente lucra com aluguel de terras aráveis - Tom Wright, Mariam Fam e Patrick Barta - Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2008.....	50
"Não peçam ao pobre para comer menos", diz Lula na Indonésia – Raul Lores – Folha de São Paulo – Brasil - 12/07/2008	53
Alta dos alimentos compromete ainda mais o orçamento – Folha de São Paulo – Dinheiro - 12/07/2008	54
Lula defende na Ásia produção de etanol - Chico de Gois – O Globo – Economia – 13/07/2008.....	55
Perto da eleição, reajuste na merenda escolar - Eliane Oliveira e Demétrio Weber – O Globo – O País – 14/07/2008	56
Crise alimentar turbinou transgênicos – Clive Cookson – Folha de São Paulo – Dinheiro - 15/07/2008.....	57
Nova geração mira resistir a seca e a frio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 15/07/2008	59
Programa de Garantia de Preços inclui quatro novas culturas – Sítio Eletrônico do MDA – 15/07/2008.....	60

Transnacionais ganham com a crise dos alimentos – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/2008.....	61
Benefícios assistenciais: é indispensável o reajuste - Lena Lavinias – Valor Econômico – Opinião - 15/07/2008.....	61

Segunda Quinzena

"Garapa" – José Padilha e Francisco Menezes – Folha de São Paulo – Opinião - 16/07/2008.....	64
Alimentos pressionam, e IGP-10 vai a 2% em julho – Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/07/2008.....	65
O futuro da produção de alimentos – Edmundo Klotz – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/07/2008.....	66
Fotossíntese, a chave para produzir mais alimentos no mundo - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2008.....	68
Grãos sobem, mas inflação de alimentos pode perder fôlego – Valor econômico – Agronegócios - 17/07/2008.....	70
Céu de brigadeiro para o agronegócio e fome para a população – Sítio Eletrônico do MST – 18/07/2008.....	71
UE propõe fundo de 1 bi de euros de combate à alta dos alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008.....	71
Ainda os alimentos – Folha de São Paulo – Opinião – editorial - 21/07/2008.....	72
O preço dos alimentos – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Brasil - 22/07/2008	73
Produtores querem Política Geral de Preços Mínimos - Sítio Eletrônico da CNA - 24/07/2008.....	74
Falta de acordo levará a alta em alimentos, diz CNA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008.....	75
Fiasco agrava crise de alimentos e desigualdade – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 31/07/2008.....	75

Estoque de grãos terá 6 milhões – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008

O governo decidiu quadruplicar os estoques oficiais de grãos para ter um novo instrumento contra a alta do preço dos alimentos no mercado interno. A meta, constante do Plano de Safra Agrícola e Pecuário 2008/2009, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia amanhã em Curitiba e ao qual o Estado teve acesso, é elevar os estoques de 1,5 milhão de toneladas, volume atual, para 6 milhões de toneladas em 2009.

O governo aposta na elevação da produção nacional de alimentos para atravessar o atual período de agravamento da inflação mundial. O estoque total será o maior desde 2006, quando os armazéns públicos armazenavam cerca de 4 milhões de toneladas de grãos.

A maior parte do novo estoque - 4,1 milhão de toneladas - será de milho. O produto é considerado estratégico do ponto de vista do controle dos índices de inflação, já que o grão é matéria-prima da avicultura, da suinocultura e da pecuária de corte e de leite.

A medida demandará R\$ 3,8 bilhões em recursos do governo. Para garantir a compra e a recomposição dos estoques, o governo fará leilões neste ano, antes do período de plantio da safra, em setembro. Nesses leilões, o governo sinalizará aos agricultores o preço de venda de determinados produtos. Assim, o produtor terá mais segurança em relação aos preços. Normalmente, as cotações caem nos períodos de colheita.

Além de recompor os estoques, a medida visa garantir a comercialização da safra a preços compatíveis com os custos de produção.

A falta de estoques públicos de grãos impediu que o governo interferisse de forma mais efetiva no mercado para frear a escalada dos preços dos alimentos este ano. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem em seus armazéns apenas 1,4 milhão de toneladas de arroz, cereal que está sendo vendido em leilões.

No total, a agricultura empresarial vai contar com R\$ 65 bilhões na safra 2008/09, R\$ 7 bilhões a mais que o previsto no plano anterior. Outros R\$ 13 bilhões serão destinados à agricultura familiar, em um programa a ser anunciado na quinta-feira, somando um total de R\$ 78 bilhões.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, avalia que a liberação dos recursos, aliada à alta dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, vai resultar em incremento de 5% a 6% na safra agrícola do próximo ano. “Um aumento extraordinário, considerando o histórico de crescimento do setor”, avaliou ele, na semana passada.

Do total previsto, R\$ 10 bilhões irão para os programas de investimento. Na safra atual, 2007/08, foram disponibilizados R\$ 9,050 bilhões para essas linhas. Do volume previsto para a safra 2008/09, R\$ 6,5 bilhões serão disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O restante, R\$ 3,5 bilhões, sairá do caixa dos Fundos Constitucionais.

Além disso, por causa do aumento dos custos de produção, o governo vai elevar os limites individuais de financiamento para a próxima safra. O enfoque do Plano de Safra é estimular a produção de quatro produtos “sensíveis”: arroz, feijão, milho e trigo. No caso do arroz e do feijão, o limite individual vai passar de R\$ 300 mil por produtor para R\$ 400 mil. Esse valor vale para lavouras de sequeiro. Para arroz, feijão e trigo irrigados e para o

milho o limite vai passar de R\$ 450 mil para R\$ 550 mil.

NÚMEROS - R\$ 3,8 bilhões é quanto o governo deve investir na compra de grãos para aumentar os estoques, que, hoje, somam 1,5 milhão de toneladas

4,1 milhões de toneladas de milho devem ser compradas pelo governo na safra 2008/2009 para tentar controlar os índices de inflação

R\$ 13 bilhões serão destinados para o financiamento da agricultura familiar na safra que vem

Para analistas, plano só funciona a longo prazo – Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008

As medidas para o setor agrícola que serão lançadas pelo governo amanhã só terão efeito sobre a safra - e, em consequência, sobre os preços - caso sejam de longo prazo e incluam iniciativas de sustentação de preços e redução de juros para financiamento aos produtores, avaliam representantes do setor. Paralelamente, especialistas em inflação acreditam que medidas para aumento de safra, embora importantes, têm efeito limitado e imprevisível sobre os preços.

Para o ex-ministro da Agricultura e consultor do Friboi, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, as medidas têm de estar concentradas no trigo e no arroz, produtos “muito sensíveis” e que estão pressionando a inflação. O arroz acumula reajuste de 25,75% e está entre as quatro maiores pressões de alta no IPCA em 2008, assim como o pão francês, influenciado pelo preço do trigo, que tem aumento acumulado de 19,38%.

Além disso, segundo o ex-ministro, “não devem ser adotados mecanismos de curto prazo”. Segundo ele, a agricultura responde bem a incentivos e normalmente os resultados vêm na safra seguinte ao anúncio de medidas mas, sem iniciativas de longo prazo, os ganhos desaparecem rapidamente. A nova safra começa a ser plantada em setembro. A safra 2008, que alcançará 142,6 milhões de toneladas, a maior do País, não está ajudando a conter a inflação dos alimentos, com alta de 6,4%, pelo IPCA, no acumulado do ano até maio.

A assessora técnica da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Rosemary Santos, diz que, no caso de trigo, arroz e feijão, culturas voltadas ao mercado interno, a produção não cresce mais porque faltam incentivos. “A política de sustentação de preços é fundamental e tem de se estender por cinco safras, pelo menos.” Ela adianta que, pelas informações de que dispõe do novo plano de safra, a iniciativa tem a desvantagem de ser uma política de curto prazo, “para uma safra só”. “A expectativa é que (o plano) não vai atender às necessidades do setor”. Para ela, iniciativas que incluam sustentação de preço e crédito seriam “injeção na veia” para o setor, que responderia rapidamente com aumento na safra.

O Brasil é, tradicionalmente, importador de trigo e, de janeiro a maio deste ano, as importações do produto cresceram 46% ante igual período do ano passado. A safra prevista

em 2008, de 4,6 milhões de toneladas, está em torno de metade do consumo nacional, ainda que seja 12,4% superior ao ano passado, segundo estimativa do IBGE. “Trigo e arroz são produtos extremamente sensíveis, é preciso políticas especiais, também na comercialização”, afirmou Pratini de Moraes.

O ex-diretor de política monetária e chefe do departamento de economia da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, disse que “aumentar a safra é uma boa medida, mas não vai influenciar necessariamente os preços”. Ele partilha da corrente que vê, como únicas armas para conter a inflação, no momento, o aumento dos juros e a restrição ao crédito.

O economista da PUC-RJ, Luiz Roberto Cunha, também afirmou que “aumentar a safra sempre ajuda”, mas que é bom lembrar que “os preços das commodities são formados lá fora”. Ele argumentou, que, além dos alimentos, a hora é de “rezar pelo preço do petróleo”.

Cassel propõe grupo para discutir segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 01/07/2008

A proposta de criação de um Grupo de Alto Nível sobre Segurança Alimentar no Mercosul ganhou hoje o apoio do secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos da Argentina, Javier de Urquiza. A criação do grupo, dentro do âmbito do Mercosul, foi proposta pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, nesta terça-feira (1º), na 9ª edição da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) no Mercosul.

O ministro afirmou que a idéia da criação do grupo de trabalho recebe apoio do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. “Queremos propor, dentro do âmbito do Mercosul, um grupo que irá criar mecanismos para garantir abastecimento e preços mais baixos de alimentos, para todos os países do bloco”, acrescentou.

O evento começou na segunda-feira (30) e segue até quarta-feira (2) na capital argentina. Durante a abertura da Reaf, Cassel destacou que o Brasil e o mundo passam por duas crises no momento: energética e de alimentos. “Temos convicção de que a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária são os principais protagonistas para superar estas crises. São os agricultores familiares que têm lavoura diversificada, que produzem feijão, milho, suínos, leite, aves, arroz. São eles que têm condições de responder rapidamente a esta demanda”, disse.

No mesmo encontro, foi assinado memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos da Argentina, demonstrando interesse dos dois órgãos de intensificar as relações de cooperação nas suas áreas comuns de atuação. A iniciativa objetiva, entre outros, uma colaboração mais próxima nas áreas de crédito para a agricultura familiar e comercialização dos seus produtos.

Cassel apresentou ao secretário argentino o Programa Mais Alimentos, que será lançado pelo Presidente Lula nesta quinta-feira, em Brasília. “Com este programa, queremos garantir a produção de 19 milhões de toneladas em 3 anos, além de levar aos agricultores familiares 60 mil tratores. É uma aposta do Governo Federal na agricultura familiar, para enfrentar fortemente as oscilações de preços”, informou Cassel.

Segundo Cassel, todas as avaliações indicam que a crise no preço dos alimentos será de longa duração. “O Governo Federal está apostando na capacidade da agricultura familiar para ampliar a produção de alimentos e com isso combater a inflação e garantir segurança alimentar aos brasileiros”, ressalta o ministro.

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa vai ampliar a oferta de alimentos no País por meio do aumento de produção e produtividade da agricultura familiar. A meta do Mais Alimentos é alcançar um excedente de 18 milhões de toneladas por ano, em especial nas culturas do milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, café, frutas e cebola, além de fortalecer as atividades leiteira e avícola. Para tanto, o programa terá uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para beneficiar um milhão de produtores rurais até 2010.

Trabalho conjunto - Segundo Urquiza, Brasil e Argentina são grandes provedores de alimentos e os trabalhos feitos em conjunto pelos dois países têm apresentado excelentes resultados. “A Reaf nos mostrou este cenário de trabalho conjunto. Nós tomamos a experiência brasileira como base para desenvolver a sua agricultura e com orgulho vemos que conseguimos fazer isto muito rapidamente. Nos interessa muito conhecer os novos programas desenvolvidos no Brasil de apoio e incentivo a agricultura familiar”, disse o ministro argentino. Ele se interessou por conhecer especialmente as ações brasileiras desenvolvidas nas áreas de crédito e assistência técnica aos agricultores familiares.

Para Cassel, ações conjuntas dentro do âmbito do Mercosul na questão alimentar podem auxiliar todos os países a superar as condições de pobreza. “Se pudermos ter um abastecimento solidário dentro do bloco, o Mercosul será uma referência para o mundo”, disse.

Cassel também destacou a força que hoje o Pronaf possui, ao agregar 2 milhões de contratos, destinando nesta próxima safra R\$ 13 bilhões aos agricultores familiares. “Multiplicamos por cinco o valor destinado ao Pronaf nos últimos anos, investindo também em assistência técnica e criando importantes programas de garantia de preços e seguro”. Outra ação importante do governo brasileiro, relatada por Cassel, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que neste ano também irá adquirir produtos da agricultura familiar para serem destinados à merenda escolar.

PAA completa cinco anos mais fortalecido – Sítio Eletrônico do MDS – 01/07/2008

Com mais recursos e um maior número de beneficiados, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) completa 5 anos, nesta quarta-feira (02/07), com muitos motivos de comemoração. Desde 2003, o PAA vem sendo aprimorado para garantir, cada vez mais, o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e por outro lado, adquirir por preço justo alimentos dos agricultores familiares.

O programa, considerado transformador na agricultura familiar e importante para enfrentar a crise atual, uma vez que cerca de 70% dos alimentos comercializados no País são originários dos pequenos agricultores, garante mais renda para os produtores, proporciona a diversificação da produção e a melhoria de vida das famílias em situação de insegurança alimentar.

Os números traduzem a força do PAA. De 2003 a 2007, foram investidos R\$ 1,47 bilhão. Para este ano, o governo federal disponibilizou R\$ 613 milhões, sendo R\$ 413 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e R\$ 200 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Se aprovado o Projeto de Lei n.º 2877/08, que regulamenta a merenda escolar, os recursos ganharão um aporte do Ministério da Educação e pode chegar a R\$ 1,4 bilhão.

O resultado deste investimento também pode ser verificado em outros números. São 10,2 milhões de pessoas beneficiadas, 700 mil litros de leite distribuídos diariamente, 86,4 mil agricultores familiares atendidos, 1,25 milhão de toneladas de alimentos distribuídos.

Para os agricultores familiares, o PAA supre as principais dificuldades, especialmente as ligadas ao transporte, armazenagem e comercialização do excedente de sua produção. O governo federal compra seus produtos e distribui para creches, hospitais, escolas e entidades beneficentes, resolvendo de forma simples o que ainda é complicado no País e no mundo: aproveitar bem os alimentos, evitar o desperdício e diminuir a fome. Além de oferecer condições de se buscar mercado, de estruturar e incentivar a associação de produtores.

Em seminário ocorrido no mês de junho em Brasília, que contou com a participação de 450 pessoas, elaborou-se um documento com várias propostas que serão consolidadas na V Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) a ser realizada nesta quarta-feira (02), dia em que o PAA completa cinco anos, em Brasília (DF).

Entre as propostas apresentadas, estão itens como aumento de recursos; consolidação do PAA como política pública do Estado; criação de um novo fundo para o Programa; elevação da cota máxima por família/ano para R\$ 4.980,00 por produtor e mobilização para o Congresso Nacional aprovar o PL 2877/08, que prevê que 30% da compra da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Participam dele os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão;

do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda e da Educação. O Grupo Gestor é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em resoluções.

Modalidades do PAA - O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar é operacionalizado em quatro modalidades. São elas: Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra da Doação Simultânea; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e Incentivo à Produção e Consumo de Leite (IPCL).

O ***Compra Direta da Agricultura Familiar*** promove a inserção de agricultores no mercado de forma mais justa, já que o governo federal adquire diretamente a produção do pequeno agricultor. Os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. Os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. O limite é de R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção de Leite, cujo limite é semestral. É operacionalizado pela Conab.

A modalidade ***Formação de Estoques pela Agricultura Familiar*** visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operacionalizada pela Conab.

Também operacionalizada pela Conab, mas com parceria de governos estaduais e municipais, a modalidade ***Compra para Doação Simultânea*** articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos e dos programas sociais das localidades, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. A modalidade promove o desenvolvimento da economia local, fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo.

A modalidade ***Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL)***, mais conhecida como ***PAA Leite ou Leite Fome Zero***, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço. *Adriana Scorza (**Informações para imprensa - Adriana Scorza / Dimas Ximenes - (61) 3433-1052 - ASCOM/MDS**).

Cesta básica tem alta de até 30% no semestre – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008

O preço da cesta básica de alimentos consumidos pelo trabalhador brasileiro acumula alta de até 29,24% no primeiro semestre do ano. Nos últimos 12 meses, os aumentos chegam a até 51,85%, revela pesquisa divulgada ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em junho, o custo médio dos 13 gêneros alimentícios considerados de primeira necessidade subiu em 14 das 16 capitais pesquisadas pela entidade. “A escalada dos preços da comida em doze meses foi uma desgraça só, algo que não se via com tamanha intensidade há muito tempo no País”, disse o economista José Maurício Soares, coordenador da pesquisa do Dieese.

Para se ter uma idéia do estrago que isso causou no bolso do brasileiro, o economista citou que, nos últimos 12 meses, os aumentos nos preços da cesta básica observados em todas as capitais pesquisadas superaram de longe o reajuste do valor do salário mínimo, que foi de 9,21% no período. Porto Alegre tem a cesta básica mais cara entre as pesquisadas (R\$ 246,72).

Entre as 16 capitais, a maior alta acumulada no semestre, de 29,24%, foi verificada no Recife e a menor, em Belém (10,47%). Em 12 meses, Natal foi a capital que apresentou o maior aumento (51,85%).

Com exceção de Porto Alegre, todas as demais cidades acumularam elevações superiores a 30% nos últimos 12 meses. São Paulo exibiu a segunda menor variação (30,83%), enquanto João Pessoa acumulou o segundo maior aumento (45,02%). Na capital gaúcha, os preços subiram em média 27,4%.

Maurício Soares ressaltou que, em 12 meses, sete produtos acumularam altas em todas as capitais analisadas: arroz, feijão, carne, leite, tomate, pão e óleo de soja.

O feijão, que voltou a ter alta mensal, após recuo em maio, apresentou as taxas mais elevadas, todas acima de 100%. A menos acentuada foi em São Paulo (103,34%) e a maior, em Natal (184,80%). “A quebra da segunda safrinha do feijão reduziu os estoques e, por efeito da seca prolongada, o plantio do produto foi atrasado em dois meses”, explicou o economista.

Segundo ele, os adubos e fertilizantes, que são derivados de petróleo, cujos preços estão em alta no mercado global, têm encarecido o custo da produção de grãos em geral.

Os vilões da cesta básica no mês passado foram o arroz, o feijão, a carne e a batata, que subiram em praticamente todas as capitais. “Esses são os alimentos que compõem o prato comum da maioria dos brasileiros”, observou o economista.

A exemplo do que acontece em boa parte do mundo, o arroz subiu em todas as capitais, com aumentos que variaram de 0,56% (Belém) a 45,40% (Aracaju). “Os preços estão em alta devido a problemas climáticos e também à escassez do produto na Ásia, causadas pelas tempestades e inundações de várias áreas produtoras.

Os preços da carne bovina - que está em entressafra e com exportações novamente em grandes volumes, já que os países da comunidade européia liberaram a entrada do produto brasileiro -, tiveram aumento em 15 capitais. O maior, de 14,99%, foi em Goiânia. A única redução nos preços da carne ocorreu em Fortaleza (-1,99%).

Sob influência da decisão do governo argentino de proibir as exportações de trigo, o pão teve aumento de preços em dez cidades, como Belém e João Pessoa, onde as altas foram de 6,38% e 3,62%, respectivamente. Já a batata encareceu em todas as nove capitais do Centro-Oeste, onde os preços do produto são pesquisados. A maior taxa foi a de Brasília (29,25%).

Em São Paulo, o custo da cesta básica da alimentação subiu 4,84% em relação a maio. A cidade é a segunda mais cara entre as pesquisadas.

Cesta básica tem aumento de até 52% em 12 meses – Toni Sciarretta - Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008

Maiores altas ocorreram nas capitais do Nordeste, aponta Dieese; feijão, carne, arroz e batata são vistos como os vilões da inflação - Para o Dieese, avanço de dois dígitos no preço dos alimentos supera em muito os reajustes anuais de um dígito do salário mínimo

A inflação mundial dos alimentos já elevou em até 52% o preço da cesta básica do brasileiro em um ano, levando a uma corrosão no poder de compra dos trabalhadores, sobretudo os de menor renda e que comprometem a maior parte do orçamento com alimentação.

Pesquisa do Dieese mostra que as maiores variações da cesta básica aparecem em capitais do Nordeste, como Natal, João Pessoa, Recife e Fortaleza, que subiram, respectivamente, 51,85%, 45,02%, 44,92% e 43,3% nos últimos 12 meses.

Por outro lado, Porto Alegre e São Paulo, as duas capitais com o maior preço da cesta básica (R\$ 246,72 e R\$ 245,24, respectivamente), tiveram os menores aumentos no período de um ano: de 27,24% e 30,83%.

A pesquisa revela que a cesta básica do brasileiro sobe em ritmo de dois dígitos, enquanto os aumentos salariais anuais são de um dígito. Para José Maurício Soares, coordenador da pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), os aumentos acumulados em 12 meses foram bastante superiores ao reajuste de 9,21% do salário mínimo, que chegou a R\$ 415 em abril.

Segundo o Dieese, há um ano o trabalhador que ganha o salário mínimo gastava em média 91 horas e 33 minutos para comprar a cesta básica; no mês passado, precisava de 115 horas e 25 minutos. Descontada a contribuição previdenciária, a compra da cesta básica exigia 57,03% de um salário mínimo, contra 45,06% há um ano.

Só nos seis primeiros meses de 2008, a cesta básica acumula uma alta de 29,24% em Recife e de 25,91% em Natal. Em Porto Alegre e em São Paulo, as variações foram menores, de 15,87% e 14,26%.

Não há uma média brasileira da cesta básica. A pesquisa é feita em 16 capitais, respeitando particularidades e hábitos de alimentação de cada região.

Soares afirma que a cesta básica sobe mais no Nordeste por conta do maior peso de alimentos como feijão e carne, dois dos atuais vilões da inflação. Em um ano, o feijão subiu até 184,8%, em Natal, e a carne, até 44,18% em Aracaju.

"Os vilões [da inflação] são o arroz, a carne, o feijão e a batata. Precisamos de um incentivo à produção agrícola para que aumente a oferta e os preços caiam. Se a alta do feijão ficar em 50%, em relação a 2007, já dará uma grande diferença na cesta básica neste ano", disse.

O professor da FEA-USP Heron do Carmo, especialista em inflação, também defende o estímulo à produção para combater a alta de produtos como o feijão, que praticamente só fazem parte da cesta brasileira. "É fundamental um estímulo à oferta. Há instrumentos dentro das regras de mercado que podem ser adotados pela política agrícola e

amortecer essas altas. O aumento da cesta básica afeta muito a renda das famílias mais pobres. Para uma família pobre, o aumento de R\$ 30 com alimentos é o preço da prestação de um eletrodoméstico. Sobra menos para outros gastos", disse Heron do Carmo.

Especulação - De todos os itens pesquisados pelo Dieese, o aumento do feijão é o que mais preocupa neste ano. Segundo Soares, o feijão havia recuado em abril em 14 das 16 capitais pesquisadas. Em junho, aconteceu o inverso: subiu em 14 das 16. Só em junho, o feijão chegou a subir 31,09% em João Pessoa, mas recuou 6,3% em Belém.

A tendência de alta se deve à quebra na safra do ano passado e ao plantio com atraso neste ano. Neste semestre, a expectativa é que os preços recuem com as novas colheitas. O mesmo acontece com o arroz, que registrou avanço de 45,4% em junho em Aracaju e de 31,91% em Salvador.

A alta reflete o atraso no plantio devido à seca brasileira e à escassez na Ásia. "No caso do arroz, há um componente de especulação. O produtor estoca e espera vender com preço mais alto depois", disse Soares.

Lula ataca especulação com alimentos – Adriana Kuchler – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008

Presidente quer "enfrentamento internacional" da inflação para evitar que países ricos culpem economias mais pobres pelo aumento - Alta de preços foi o tema central no encontro de presidentes do Mercosul; brasileiro atacou especulação atual no mercado futuro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou ontem os países do Mercosul a discutir urgentemente a questão da alta mundial dos alimentos para que não sejam culpados "por uma crise que não é nossa".

"Se não começarmos a discutir essas coisas enquanto temos tempo, eles vão jogar outra vez -por todos os discursos que estamos vendo- a crise da inflação e a crise dos alimentos nas costas dos países pobres."

O anúncio foi feito ontem na 35ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em San Miguel de Tucumán, na Argentina, durante o discurso em que Lula assumiu a presidência temporária do bloco.

Lula prometeu criar grupo de estudos para discutir o tema e preparar documento "para que haja um enfrentamento internacional" sobre o tema. "Não temos o direito de permitir que sejamos tratados como coadjuvantes num assunto em que somos os artistas principais."

Lula afirmou que a crise imobiliária americana envolveu muitos bancos europeus, e "o FMI não deu um único palpite de como os americanos devem consertar a sua economia, em função da especulação". "Mas, logo, haverá muitos países [da América do Sul] recebendo missão do FMI dizendo que têm que fazer um ajuste fiscal pesado, que precisam fazer contenção de despesas, e nós já conhecemos o resultado final dessa história."

Segundo o presidente, é preciso investigar dois temas que dizem respeito aos países do Mercosul: o preço no mercado futuro de alimentos e o do petróleo. "Uma especulação no mercado futuro permite que um produtor de milho ou de soja possa vender a sua produção de três anos sem ter produzido, e o que pode ser grave é que o preço no mercado futuro precifica o preço no presente."

Sobre o valor do petróleo, afirmou que notícias relataram que o mercado futuro do produto tem o mesmo estoque que consome a China. "Então, não temos apenas uma China, temos duas Chinas: uma que utiliza o petróleo e outra que especula com a mesma quantidade da China."

Em relação à acusação de que a produção de álcool e de biocombustíveis, encabeçada pelo Brasil, poderia ser responsável pela alta dos alimentos, Lula disse que é preciso saber "o que tem de verdade nisso". "Se alguém me convencer de que o biocombustível vai causar o problema da fome no mundo, não trocarei o meu estômago por um tanque de gasolina."

O discurso de Lula seria uma prévia da declaração que fará na reunião do G8 no Japão, que acontece nos dias 7 e 8. "Nem queria ir ao Japão, mas vou só para ver se alguém aceita fazer essa discussão."

Com Chávez e a presidente argentina, Cristina Kirchner, Lula teve uma reunião trilateral para discutir os principais problemas do bloco: alimentos e energia. "A Venezuela tem petróleo e gás de sobra, mas tem problemas de abastecimento alimentar", afirmou Lula. "Tanto nós podemos resolver o problema alimentar deles quanto eles resolverem nosso problema energético." Para isso, representantes dos três países devem ter reuniões mais frequentes para tratar de como pôr a política em prática.

Com Cristina, Lula teve reunião bilateral em que trataram das divergências sobre a Rodada Doha. A Argentina vem apresentando barreiras para a negociação, travada há anos, mas, segundo Lula, um acordo estaria "prestes a se concluir". Para isso, os dois países teriam reunião no próximo dia 14, ainda sem local confirmado.

Lula afirmou ainda que a inflação causada pelos alimentos é apenas "um alerta" para que o país produza mais alimentos. Afirmou que o fenômeno da inflação "não vai voltar a acontecer" no Brasil por mais que se especule. "Não brincaremos com a inflação", disse Lula, afirmando que, por isso, a meta para 2010 foi fixada em 4,5%, a mesma deste ano e de 2009.

Subsídios aos biocombustíveis, principalmente os praticados por países ricos como os EUA, contribuem para a atual alta nos preços dos alimentos. A continuar essa situação, em que esses incentivos governamentais e a elevação do preço do petróleo empurram o preço da comida para cima, alguns governos não conseguirão mais alimentar suas populações.

A relação parece óbvia e já foi citada anteriormente por diversas entidades e países. A novidade é o autor da conclusão: o Fundo Monetário Internacional, que tem nos Estados Unidos seu maior contribuinte. O enfoque mais social, ou mais ao centro, tem o dedo do novo diretor-gerente do FMI, o francês Dominique Strauss-Kahn.

Ao anunciar o estudo "Preços de Alimentos e Combustíveis -Desenvolvimentos Recentes, Impactos Macroeconômicos e Ações Políticas", ontem na sede do Fundo, em Washington, Strauss-Kahn disse: "Não há uma só resposta, um "tamanho único" de conclusão, o que às vezes é conhecido como o tradicional jeito de o FMI pensar".

Pois, de acordo com o "novo" jeito de o FMI pensar, a atual equação das coisas deve levar esses países a uma "situação-limite". "Se os preços de alimentos aumentarem e os do petróleo continuarem iguais, alguns governos não terão mais capacidade de alimentar suas populações e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade de suas economias", disse.

Entre os motivos citados pelo estudo, estão subsídios como o que os EUA concedem aos produtores de etanol de milho, atualmente de 45 centavos de dólar por galão, ou 20 centavos de real por litro [leia texto ao lado]. "Os subsídios aos biocombustíveis devem ser cuidadosamente revistos, principalmente nos países desenvolvidos", afirma o estudo.

Segundo o levantamento, a primeira geração de biocombustíveis promovida por essas políticas não é uma alternativa eficiente, seja do ponto de vista de custos, seja do ambiental. Além disso, "políticas menos ambiciosas e mais favoráveis ao comércio ajudariam a diminuir a pressão sobre o preço dos alimentos, via redução da competição com os alimentos por recursos e por terra para plantio."

Segundo o estudo, o aumento da produção do álcool à base de milho respondeu por cerca de 75% do aumento do consumo mundial do cereal em 2006 e 2007. O programa brasileiro não é citado -feito a partir da cana, o álcool brasileiro é considerado eficiente e não conta com subsídios governamentais.

Outra conclusão do estudo é que a alta do petróleo atinge mais duramente os países pobres. A escalada recente no produto, que teve o preço do barril triplicado para os atuais US\$ 140 em menos de uma década, custou US\$ 35,8 bilhões a 59 países de baixa renda -o que respondeu por 2,2% de seus PIBs em 2007. O Fundo admite que há espaço em alguns desses países para que as posições fiscais sejam afrouxadas, sem que a estabilidade econômica seja colocada em grande risco. Em outros, será necessária a expansão dos programas sociais e a ajuda externa. O diretor-gerente disse que o FMI já dá auxílio financeiro adicional a sete países de baixa renda, mas ressaltou: "O Fundo não é uma agência de desenvolvimento. É preciso que outros também prestem auxílio".

EFEITO DAS COMMODITIES NOS ALIMENTOS

75% foi a alta do consumo de milho em 2006 e 2007 em razão da produção do álcool à base do grão

12% foi a inflação mundial de alimentos anualizada em 120 países de baixa renda e mercados emergentes em março. Três meses antes, foi de 10%

9% foi o aumento anualizado dos combustíveis no final de março. Nos três meses anteriores havia sido de 6,7%

US\$ 35,8 bi foi o custo da alta no preço do petróleo para 59 países de baixa renda, equivalente a 2,2% dos PIBs no ano passado

Dieese diz que custo da cesta básica já avançou até 52% em 12 meses – Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 02/07/2008

SÃO PAULO. Os preços da cesta básica acumulam reajustes de até 29,24% no ano e de 51,85% nos últimos 12 meses, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Dieese. Entre as 16 principais capitais do país pesquisadas, Recife apresentou a maior variação de preços de janeiro a junho deste ano. Já na comparação anual (de julho de 2007 a junho deste ano), Natal liderou. Outros aumentos expressivos foram apurados em João Pessoa (45,02%) e de novo Recife (44,92%).

O valor da cesta com os produtos alimentícios essenciais no Rio chegou a R\$ 236,16 em junho, só inferior a Porto Alegre (R\$ 246,72), São Paulo (R\$ 245,24) e Florianópolis (R\$ 238,15). As altas acumuladas no Rio chegam a 21,44% no ano e a 36,25% em 12 meses.

Salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.072 Considerando o valor de Porto Alegre, o Dieese calcula que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.072,70, o que representa 4,99 vezes o piso em vigor (R\$ 415). A cesta pesquisada tem 13 produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Existem ainda variações regionais.

Nas capitais do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, os pesquisadores consideram os preços da farinha de trigo.

No Norte e Nordeste, o produto que entra na cesta é a farinha de mandioca. No Rio, vale o feijão preto; em São Paulo, o tipo chamado carioquinha.

Em junho, a pesquisa encontrou variações de preços em 14 das 16 capitais visitadas. Os maiores aumentos no mês foram em Goiânia (10,6%), Brasília (6,4%) e Rio (5,9%). E as únicas quedas, em Vitória (1,1%) e Fortaleza (0,35%).

O feijão foi o produto com maior reajuste nos últimos 12 meses. Em nenhuma das capitais teve alta inferior a 100%.

Em São Paulo, por exemplo, o aumento atingiu 103,34% desde julho do ano passado, enquanto em Natal a alta chegou a 184,8%. Os adubos e fertilizantes têm encarecido o custo da produção dos grãos e houve atraso no plantio devido ao prolongado período de secas.

Outro produto com alta em todas as capitais foi o óleo de soja, variando de 48,58% (Florianópolis) a 79,07% (Natal). O único item com redução de preços em todas as 16

idades pesquisadas foi o açúcar. Em pleno período de safra, o preço caiu 28% em Goiânia e 34,5% em Aracaju.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) foi de 0,77% em junho, uma desaceleração frente ao avanço de 0,87% em maio, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A variação no fechamento de junho também ficou abaixo da registrada na terceira prévia do mês (0,89%). Os preços do grupo alimentação subiram 1,85%, a maior variação do período.

Mas a alta foi menor do que a da leitura anterior: 2,24%. No ano, o IPC-S subiu 3,84%, enquanto nos últimos 12 meses, 5,96%. (*) **Com agências internacionais**

Preços mínimos de alimentos essenciais têm reajuste de até 65% - Sítio Eletrônico do MAPA -02/07/2008

Curitiba/PR (2.7.2008) - Os preços mínimos de garantia para a safra 2008/2009 foram reajustados para recompor a alta de custo de produção agropecuária e se adequar à nova cotação das *commodities*. Com o objetivo de garantir ao produtor, pelo menos o custo variável, na eventualidade do preço de mercado cair, tiveram destaque os reajustes no preço mínimo de produtos essenciais, como o feijão - que teve uma alta de 65,22% em relação ao ciclo 2007/2008, passando a R\$ 80, a saca de 60 kg - e o arroz, cujo valor de R\$ 25,80 a saca de 50 kg, é 17,27% maior que o da safra anterior.

Principais exemplos:

Feijão anão (principal tipo cultivado no Brasil. Dá origem a variedades, conhecidas, como preto, carioquinha e roxinho). A saca de 60 kg passará de R\$ 48,42 para R\$ 80. Aumento de 65,22%;

Milho nas regiões de Mato Grosso e Rondônia. A saca de 60 kg passará de R\$ 11 para R\$ 13,20. Reajuste de 20%.

Trigo tipo 1/pão melhorador na Região Sul. A saca de 60 kg passou de R\$ 24 para R\$ 28,80. Aumento de 20%.

Arroz em casca, regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A saca de 50 kg passará de R\$ 22 para R\$ 25,80. Reajuste de 17,27%;

Milho, regiões Sul, Sudeste, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. A saca de 60 kg passará de R\$ 14 para R\$ 16,50. Crescimento de 17,86%;

Além dos reajustes dos preços mínimos e do aumento da oferta de crédito rural, que será de R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial na safra 2008/2009, o PAP propõe um orçamento de R\$ 3,8 bilhões para a política de apoio à comercialização e ao abastecimento. Desse total, R\$ 2,3 bilhões são destinados à aquisição e R\$ 1,5 bilhão para a equalização de preços. A proposta é que durante o ano de 2008, o Governo promova leilões de contratos de opções de vendas, antes do plantio, para garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2009 a preços compatíveis com os custos, garantindo assim sua renda.

É ainda orientação do PAP 2008/2009 que no pico da safra (momento da colheita), quando os preços de mercado tendem a cair, o Governo compre produtos que poderão ser utilizados para regular o mercado no período de entressafra, seja no abastecimento ou no controle de preço. A proposta é de que os estoques públicos passem de 1,5 milhão de

toneladas em 2008, para seis milhões de toneladas em 2009, montante superior inclusive aos estoques de 2006 que eram da ordem de quatro milhões de toneladas.

Histórico – Desde 1966, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tem papel relevante nas decisões de plantio do produtor. Isso porque é um mecanismo que tanto permite a redução das oscilações de preços, característica do mercado agrícola, como melhora o perfil econômico na formação de renda dos produtores rurais. Por meio de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Governo compra excedentes quando o preço de mercado fica abaixo do preço mínimo.

Conheça mais detalhes do PAP no site: www.agricultura.gov.br

Em reunião do Consea, recomposição do Bolsa Família é lembrada como uma das iniciativas para enfrentar a alta dos alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2008

O governo federal está buscando medidas para melhorar a segurança alimentar e nutricional, enfrentar a crise de alta dos alimentos e também melhor acompanhar o cumprimento das condicionalidades da saúde dos beneficiários do Bolsa Família. Nesta quarta-feira (02/07), durante a abertura da V Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a ministra em exercício do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, destacou o reajuste de 8% no valor do Bolsa Família como uma das iniciativas para recompor o poder aquisitivo dos beneficiários do programa, frente a alta dos alimentos. Além dela, entre os participantes, estão o secretário nacional de Segurança Nutricional e Alimentar do MDS, Onaur Ruano e o presidente do Consea, Renato Maluf.

O MDS quer ampliar os recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a construção de cisternas. “Amanhã (03) será lançado o Mais Alimentos, que se baseia na necessidade do Brasil aumentar a produção de alimentos, com base nos pequenos produtores”, explicou Arlete Sampaio. Segundo ela, o novo programa fará um esforço concentrado para melhorar a assistência técnica e ampliar a comercialização dos produtos agrícolas. “São várias iniciativas na área de segurança alimentar e nutricional que estão sendo feitas e que o Consea pode acompanhar. É o papel do Conselho fazer o controle social”, comentou.

De acordo com Arlete Sampaio, o MDS está discutindo como melhor avaliar e acompanhar o cumprimento das condicionalidades exigidas na área de saúde para os beneficiários do Bolsa Família. A ministra em exercício explicou que atualmente o MDS consegue acompanhar em torno de 47% a 50% das famílias do Bolsa Família, no que se refere a cumprimento de condicionalidades da saúde. As condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do programa, nas áreas de saúde e educação para assegurar o recebimento do benefício. “Na área de Educação, é fácil acompanhar, mas vamos redesenhar o sistema na área de Saúde e fazer uma cobertura maior”, disse.

Arlete Sampaio lembrou que em 1º de julho o Brasil assumiu a presidência pró-tempore do Mercosul e que já está definida na agenda do Mercosul Social a questão da Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive haverá um seminário sobre esse tema em data e local a serem estabelecidos. O MDS também lançará no dia 5 de setembro, durante a plenária extraordinária do Consea, em Recife (PE), o prêmio Josué de Castro na área de segurança alimentar e nutricional.

Saúde - Durante a plenária do Consea, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão destacou os programas de Saúde na área educacional e disse que está estabelecendo uma política setorial envolvendo os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “O processo saúde e doença são socialmente definidos”, disse o ministro Temporão. Ele citou pesquisas que revelam o baixo consumo de frutas, verduras e legumes pelo brasileiro, além da substituição de alimentos saudáveis, como o arroz e o feijão por enlatados e industrializados. “Compra-se o produto semi-pronto com teores de sal e gordura muito alto”, comentou.

Durante o encontro, foi entregue ao ministro da Saúde um documento elaborado pelo Consea com sugestões dos conselheiros, na área de Saúde, para que se fortaleça a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente a segurança alimentar e nutricional. O ministro elogiou o documento e se colocou à disposição para participar das discussões sobre o assunto.

A reunião do Consea se encerra no final da tarde desta quarta-feira (02), no auditório do anexo do Palácio do Planalto, com debates sobre Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional; Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; e Informes e encaminhamentos das Instâncias e da Comissão dos presidentes dos Conseas estaduais. **Súsan Faria e Adriana Scorza*

Alimentos não devem recuar com medidas – Ana Paula de Carvalho e Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 03/07/2008

CURITIBA e RIO. As medidas de estímulo ao produtor rural, segundo especialistas, não garantem reduções nos preços dos alimentos para os brasileiros.

Mas podem, com ajuda da safra recorde, frear novas altas, dizem eles.

— Não se espera um retorno dos preços. Então, o consumidor precisa se acostumar a um novo patamar de preços.

Ainda mais com estoques mundiais baixos, demanda forte e problemas climáticos mais frequentes — disse João Philippe Bragança, economista da Paraty Investimentos, para quem os alimentos devem subir 8% em 2009. — Os preços devem subir, mas menos que este ano. Até maio, o grupo variou 15%.

Para José de Souza, presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio, a safra recorde neste ano não resolverá os problemas para o consumidor: — A safra fortalece o Brasil como grande produtor de alimentos para o mundo. Mas isso não significa preços menores.

Segundo Mauro Andreazzi, do IBGE, a iniciativa é um estímulo ao produtor e pode ampliar a oferta de produtos. Há, porém, outros fatores que pesam para formar preços: — O Brasil não dita mais seus preços. O petróleo, sim, determina preços ao ditar os valores de fertilizantes. Os custos da produção estão elevados.

Então, safra recorde ou medidas para os produtos não garantem preços menores. Os preços podem não subir tanto ou não subir.

Lula defende renegociação de dívida dos produtores Em relação às dívidas dos produtores, Lula defendeu, durante o lançamento do novo plano, a renegociação, em

discussão no Congresso: — Se quisermos receber, temos de dar condições de as pessoas pagarem. Não adiante ficar castigando a vida inteira se não vai receber.

Segundo ele, a renegociação vai “desbloquear” a agricultura para que “possa ser muito mais produtiva do que foi até agora”.

A medida provisória costurada pelo governo prevê algum tipo de benefício para R\$ 72 bilhões em débitos do setor rural, de um total de R\$ 87,5 bilhões.

Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, cobrou do governo desoneração tributária sobre insumos: — A infra-estrutura e a defesa sanitária são gargalos para a agricultura. Além disso, alguns pontos da MP 432, que trata da renegociação das dívidas, precisam ser aperfeiçoados.

O plano elevou ainda em 60,8% o orçamento do programa Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e eliminou a taxa de 4% nos financiamentos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas. E o governo lançou financiamento de R\$ 1 bilhão para recuperar pastagens degradadas. ()

Para Lula, crise dos alimentos é "oportunidade" – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou tranqüilidade ontem ao falar sobre o aumento da inflação no Brasil e a crise de alimentos que está afetando os mercados mundiais, durante o lançamento do Plano Safra Mais Alimentos do governo, voltado à agricultura familiar. Ele disse que a crise para outros países é "oportunidade" para o Brasil. "[A crise de alimentos] pode ser problema para outros países. Para nós é uma grande oportunidade de utilizar de forma muito objetiva a capacidade total de produtividade", disse.

Lula e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lançaram o Plano Safra Mais Alimentos para financiamento da agricultura familiar. Serão liberados R\$ 13 bilhões para compra de máquinas, tratores, sementes e insumos. O governo reduziu de 2% para 0,5% a 1% os juros para a linha de crédito. Espera, com isso, ampliar em 18 milhões de toneladas por ano a produção da agricultura familiar, o que corresponde a 2,5 meses de consumo brasileiro. "Nós temos que dar às pessoas a dimensão de capacidade produtiva. Essa idéia da cultura da subsistência tem que acabar. Nós precisamos dar um salto de qualidade. Não é mais suficiente desapropriar, colocar gente lá e passam dez anos e aquelas pessoas estão produzindo quase nada", declarou.

Preço de alimentos subiu 75% devido ao álcool, afirma jornal – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008

Os biocombustíveis aumentaram em 75% os preços dos alimentos no mundo, segundo relatório do Banco Mundial (Bird) obtido pelo jornal britânico "The Guardian". Segundo fontes ouvidas pelo "Guardian", o relatório, finalizado em abril, não foi publicado para evitar uma saída justa entre o Bird e o governo dos EUA. O presidente George W. Bush é um dos principais incentivadores do uso do álcool (no caso americano, à base de milho, principalmente) e os EUA são um dos maiores financiadores do Banco Mundial -o atual presidente da entidade, Robert Zoellick, foi funcionário da administração Bush.

Os Estados Unidos são um dos países que defendem que a alta no preço dos alimentos ocorreu pelo aumento da demanda em emergentes como Índia e China e que o impacto dos biocombustíveis nesse aumento é pequeno.

O estudo, porém, diz que a "rápida expansão da renda nos países em desenvolvimento não levou a grandes aumentos no consumo global de grãos e não foi um fator importante na grande elevação dos preços". Anteontem, o Banco Mundial afirmou que a economia mundial está "entrando em zona perigosa", com o aumento nos preços dos alimentos e do petróleo.

Desnutrição infantil cai 46% no país e 74% no Nordeste – O Globo – Capa – 04/07/2008

Dados oficiais mostram que Brasil enfrenta agora crescimento da obesidade. Entre 1996 e 2006, o Brasil conseguiu reduzir quase à metade os principais índices que medem o impacto da pobreza sobre a saúde das crianças. A desnutrição infantil crônica diminuiu 46% nesses dez anos, de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), divulgada ontem pelo Ministério da Saúde em Brasília. Na Região Nordeste, a redução chegou a 74%. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu 43,5% no país. A desnutrição infantil aguda, que pode levar à morte, caiu 13% e foi considerada erradicada pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da USP, autor do estudo. Agravaram-se, porém, os problemas de excesso de peso entre as mulheres.

A parcela de mulheres obesas saltou de 9,7% para 16% (+ 64%). Páginas 3 a 9 e editorial "Entender o êxito"

'A desnutrição aguda sumiu' - Bernardo Mello Franco e Evandro Éboli – O Globo – O País – 04/07/2008

Estudo divulgado ontem pelo Ministério da Saúde mostra que o país conseguiu reduzir quase à metade, em dez anos, os principais índices que medem o impacto da pobreza sobre a saúde das crianças. A desnutrição infantil crônica, calculada a partir do percentual de crianças que deixaram de crescer por falta de alimentação adequada, era 46% menor em 2006 do que na edição anterior da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada em 1996. Na Região Nordeste, a redução chegou a 74%.

No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu 43,5% no país.

Segundo o estudo, a parcela de crianças de até 5 anos que sofrem de desnutrição crônica caiu de 13% para 7%. O índice leva em conta o déficit de altura em relação à idade. Entre as crianças nordestinas, a taxa de desnutrição diminuiu de 22% para 5,7%. O número de crianças com excesso de peso variou pouco, e ficou em 6,6%.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que o resultado deve ser comemorado, e atribuiu parte da evolução aos programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família: — A desnutrição se reduziu drasticamente.

É evidente que há um impacto das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e da ampliação do emprego e da renda média. O que a pesquisa mostra é que o padrão alimentar melhorou, o consumo de alimentos foi ampliado.

A taxa de desnutrição infantil aguda, que pode levar à morte, caiu 13% no mesmo período. Na pesquisa anterior, 2,3% das crianças apresentavam déficit de peso em relação à altura.

Em 2006, o índice baixou para 2%. Para Carlos Augusto Monteiro, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e um dos autores do estudo, já se pode dizer que o país conseguiu eliminar a calamidade: — Esse problema no Brasil já era pequeno. A PNDS mostra que ele sumiu.

Hoje, a relação peso/altura das crianças brasileiras é a mesma da dos Estados Unidos e de outros países.

Mortalidade infantil também cai muito

A mortalidade infantil registrou outra queda expressiva, de 39 por mil nascidos vivos para 22 por mil nascidos vivos. Nesse ritmo, os pesquisadores estimam que o país conseguirá atingir a Meta do Milênio para superar o problema até 2012, três anos antes do prazo fixado pelas Nações Unidas.

Os especialistas atribuem o avanço ao uso do soro caseiro, ao aumento do aleitamento materno e às melhoras na alimentação e no saneamento.

A pesquisa registrou a insatisfação das mães com a falta de dinheiro para comprar comida: 37,5% afirmaram não ter acesso a alimentação em quantidade e qualidade suficiente para suas famílias.

No Nordeste, esse número salta para 54,6%. O estudo mostra que 4,7% dos domicílios passaram por alguma situação de fome, classificada como insegurança alimentar grave, nos três meses anteriores à pesquisa.

No Norte, essa taxa é de 13,3%.

Após cruzar dados do estudo, Monteiro apresentou números, não incluídos no relatório final, que mostram que a queda da desnutrição infantil estaria ligada ao aumento da escolaridade das mães (24,6%), à elevação do poder aquisitivo das famílias (22,5%), à melhora nos programas de assistência à saúde (10,4%) e à expansão da rede de saneamento

(5,8%). Ele disse não ter encontrado uma justificativa única para 36,7% dos casos, mas afirmou que, entre esses fatores, está a redução da taxa de natalidade. Segundo o professor da USP, não é possível medir o impacto dos programas de transferência de renda, que influem em mais de uma variável da evolução.

Realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e financiada pelo governo federal, a PNDS ouviu 15 mil mulheres em idade fértil, entre 15 e 49 mil anos, e pesquisou a situação de saúde de 5 mil crianças de até 5 anos.

Educação dá resultado também contra a fome – Isabela Martin – O Globo – O País – 04/07/2008

FORTALEZA. No começo do trabalho como agente de saúde, há quase 15 anos, Jeruza Ferreira encontrou muitas crianças desnutridas nas favelas do Parque Santa Rosa, periferia de Fortaleza. Entre as principais causas estavam a falta do aleitamento materno, a desinformação e a pobreza. Uma delas era Fernanda, que, com 1 ano e meio de vida, era magra, pálida e pesava abaixo da média. O pai da menina na época estava desempregado, e o dinheiro para sustentar a família era incerto e insuficiente.

Fernanda foi acompanhada num posto de saúde e se beneficiou do programa do leite, voltado para crianças carentes e desnutridas. A mãe, Maria Valdenice Viana Souza, de 48 anos, recebia por mês 12 latas de leite em pó e algumas de óleo para ajudar na recuperação do peso. Das quatro filhas que teve, Maria criou três. Uma morreu de desidratação com apenas cinco meses, provocada por vômito e diarreia após contrair uma infecção intestinal. Hoje com 12 anos, Fernanda é uma adolescente saudável, que adora macarronada e diz não saber quanto pesa.

Há mais de uma década a agente de saúde Jeruza acompanha essa mesma família e pôde perceber a evolução dos hábitos em relação à alimentação infantil. Davi Lyan, neto de Maria, tem a mesma idade de Fernanda quando era desnutrida. Mas ao contrário da tia, tem saúde para dar e vender.

Fabíola, de 20 anos, ainda o amamenta e complementa o leite materno com comida de panela e frutas. A avó costuma dar banana amassada com maçã ralada — tudo o que não deu para suas filhas — e garante que ele adora.

A condição socioeconômica da família ainda é precária. O que mudou para melhor foi o grau de instrução.

Maria cursou até a 8ª série do ensino fundamental numa escola do interior e sempre incentivou as filhas a estudarem. Até hoje vai levar e buscar Fernanda na escola, onde ela cursa a 7ª série. Fabíola, a mãe de Davi, concluiu o ensino médio e estava fazendo cursinho numa escola pública do bairro, mas desistiu diante das sucessivas faltas de professores.

Na sala apertada da casa de dois cômodos, onde moram seis pessoas, uma estante acumula livros usados que ganha para ajudar as filhas nos trabalhos escolares.

— Estudo é tudo o que posso deixar para elas — diz Maria.

A casa da família fica na favela Coração de Jesus, em um beco onde o esgoto corre a céu aberto.

Doméstica esperou três gerações para se livrar do fantasma da desnutrição - Letícia Lins – O Globo – O País – 04/07/2008

RECIFE. A lembrança do tempo em que a única refeição do dia era o aruá, um caramujo, ainda é forte para a empregada doméstica Célia Alves Barbosa da Silva, de 38 anos. Dos seus dez irmãos, seis morreram por desnutrição.

Ela lembra que só fazia três refeições diárias quando a mãe arranjava emprego nos engenhos do interior da Paraíba.

Do contrário, a única alternativa era mesmo o aruá, encontrado em riachos e córregos da Zona da Mata e catado pelos cortadores de cana durante o período de entressafra açucareira.

— Quando ela (a mãe) limpava roça ou cortava cana, a coisa melhorava. Mesmo assim, a ração era muito limitada. De manhã era só fubá. No almoço, ela cozinhava tudo junto, feijão e macarrão.

Carne, nem pensar.

De noite, era aquele mel preto de engenho com farinha. Mas isso já era considerado um luxo. Lembro que eu e meu irmão íamos à padaria mendigar pedaços de pão, e eles eram tão duros que doíam se a gente jogasse na cabeça de uma pessoa.

Mas comíamos mesmo assim.

Leite doado para sobreviver a várias internações Aos 7 anos, Célia começou a trabalhar como babá em troca de roupas usadas e pratos de comida. Foi para Recife em busca de um ganho maior, mas, aos 15 anos, teve o primeiro filho e, aos 18, o segundo, uma menina.

Ela conta que as duas crianças eram desnutridas. A menina foi internada diversas vezes, e Célia pensou que, como seus irmãos, eles morreriam por inanição.

Mas a filha sobreviveu às internações, alimentando-se, muitas vezes, com leite doado.

— A gente trabalhava em casa de família, mas era sem carteira assinada nem salário mínimo. Eu não tinha nem dinheiro para comprar leite.

Com 1 ano, Mariana era tão magra e fraca que nem conseguia ficar em pé.

Analfabeta, ganhando R\$ 520 mensais, além de alimentação e recolhimento do INSS sem desconto no seu salário, Célia cria dois netos e os três filhos de uma irmã que tem problemas psicológicos.

Seu companheiro é pedreiro e, embora não tenha carteira assinada, nunca lhe falta serviço. Casal não conseguiu benefício do Bolsa Família O casal tentou a ajuda do programa Bolsa Família, mas não conseguiu. Célia não reclama: acha que suas cinco crianças vivem bem melhor do que seus filhos e do que ela e seus irmãos.

Camila, de 9 anos, Tiago, de 5, Márcio, de 4, Tauana, de 2, e Miguel, de 10 meses são bem nutridos, ao contrário dos pais e dos tios. Célia consegue comprar comida em quantidade.

— Feijão, macarrão e arroz só compro em fardo (dez quilos).

Sempre tem galinha ou carne, e de noite todo mundo tem direito a pão, café com leite. Compro até iogurte para os meninos — conta Célia, que se beneficia de um programa de distribuição de leite. Os netos e filhos adotivos nunca precisaram de internação por desnutrição.

Apesar de o período das festas juninas sempre forçar os preços para cima, o bom inverno aumentou a oferta do milho, que ficou barato: — Comemos canjica, pamonha, milho assado.

Quando eu era criança, a gente ouvia os fogos pipocarem, mas também É singular na história polítio ronco do estômago

PAA deve ser transformado em política pública permanente – Sítio Eletrônico do MDS – 04/07/2008

Esta é uma das propostas que integram o documento final do “Seminário Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Balanço e Perspectivas” realizado em Brasília (DF) em junho.

O Grupo de Trabalho que organizou o “Seminário Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Balanço e Perspectivas”, realizado em Brasília (DF), reuniu-se na última terça-feira (01/07), quando foram ratificadas as propostas aprovadas no encontro. A de maior destaque é que prevê a transformação do PAA em política pública permanente.

O seminário foi realizado, de 16 a 18 de junho, pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC), com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Conselho Nacional de segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Durante os três dias, 450 representantes e gestores de governos municipais, estaduais e federais, Conseas, movimentos sociais e sindicais realizaram um balanço do processo de implantação do PAA nos últimos cinco anos. Em painéis e oficinas destacaram os avanços e conquistas; a identificação dos problemas, entraves e dificuldades de implantação.

Ação estratégica - Para os representantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que integram o Grupo de Trabalho do seminário, o PAA é uma ação estratégica para a garantia do direito ao acesso a alimentação, bem como ferramenta para a construção das políticas de Estado de Segurança alimentar e nutricional.

Dentre as propostas aprovadas, também constam: estruturação de uma rede de equipamentos públicos e de serviços em seus territórios (bancos de alimentos, restaurantes comunitários, cozinhas comunitárias, feiras populares, mercados públicos, cantinas escolares), com especial atenção às populações em insegurança alimentar; garantia de assistência técnica específica para produção agroecológica e gestão de empreendimentos coletivos e de beneficiamento; inclusão do PAA nas Leis Orgânicas Municipais e Estaduais como um instrumento de garantia do direito humano a alimentação adequada; aumento de recursos para o Programa em 2009 com o objetivo de ampliar o número de famílias atendidas em situação de insegurança alimentar e, conseqüentemente, o número de agricultores atendidos; e mobilização para a aprovação, no Congresso Nacional, do PL 2877/08 que prevê que 30% da compra da merenda escolar seja da agricultura familiar.

Ainda na reunião da última terça-feira (01) - na sede do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no anexo do Palácio do Planalto - o Grupo de

Trabalho decidiu que o documento final do seminário deve ser transformado em publicação para distribuição aos seus participantes e também aos Conseas estaduais.

Programa de Aquisição de Alimentos - De 2003, quando foi criado, a 2007, foram investidos R\$ 1,47 bilhão no PAA. Nesse mesmo período os recursos foram destinados a 432,8 mil agricultores beneficiando 24,4 milhões de pessoas, que receberam 1,25 milhão de toneladas de alimentos. Para este ano, o governo federal disponibilizou R\$ 613 milhões, sendo R\$ 476 milhões do MDS e R\$ 138 milhões do MDA. Se aprovado o Projeto de Lei n.º 2877/08, os recursos ganharão um aporte do Ministério da Educação e pode chegar a R\$ 1,4 bilhão.

O resultado deste investimento também pode ser verificado em outros números. Atualmente são 10,2 milhões de pessoas beneficiadas, 700 mil litros de leite distribuídos diariamente e 86,4 mil agricultores familiares atendidos. O Grupo Gestor do PAA é coordenado pelo MDS. Participam dele os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Fazenda (MF) e da Educação (MEC). O Grupo Gestor é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em resoluções. * *Dimas Ximenes*

O documento final do seminário PAA está disponível no seguinte endereço: www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas

Informações para a imprensa *Adriana Scorza / Dimas Ximenes - (61) 3433-1052 - ASCOM/MDS*

A inflação de commodities e os mercados financeiros - Marcio Garcia – Valor Econômico – Opinião - 04/07/2008

As brutais elevações nos preços de energia e alimentos têm causado enorme impacto na vida cotidiana das populações de todos os países, sobretudo nas camadas mais pobres. Dentre as diversas conseqüências, tem havido um clamor em favor da limitação das atividades especulativas com commodities em mercados financeiros, sobretudo os de derivativos.

O congresso dos EUA tem tomado diversas iniciativas para tentar equacionar o problema. Em depoimento peremptório ao Comitê de Segurança da Pátria do Senado dos EUA, Michael Masters, um insuspeito gestor de hedge fund, atribuiu aos mercados financeiros papel fundamental na inflação de commodities. "Vs. perguntaram se os investidores institucionais estão contribuindo para a inflação no preço da energia e dos alimentos. Minha inequívoca resposta é 'sim'. Investidores institucionais são, talvez, o principal fator afetando os preços de commodities hoje". Masters advoga explicitamente que o Congresso dos EUA tome providências limitando o acesso de investidores em índices a mercados de commodities.

Normalmente, a "evidência da culpa" dos mercados financeiros é estabelecida através de um gráfico com duas séries que crescem muito e em conjunto desde 2003: um índice de preços de commodities e o volume de posições investidas em índices de commodities. Tais investimentos são, em sua maior parte, feitos por investidores

institucionais (fundos de pensão, universidades, fundos de riqueza soberana e outros), que se beneficiam da diversificação provida pelos mercados de commodities.

São fracas as evidências de que inflação de commodities esteja sendo causada principalmente por especulação financeira

Em relação à óbvia correlação positiva entre os preços de commodities e o investimento maciço em índices de commodities, cabem algumas observações. A primeira, é que correlação não implica causalção; muitas coisas crescem ao mesmo tempo sem que uma cause a outra. É preciso mais evidências do que um mero gráfico para estabelecer que seja o investimento em índices o causador da atual inflação de commodities. A segunda observação relevante é que boa parte do aumento dos valores investidos deveu-se à elevação do preço das commodities, não só a investimentos novos. Finalmente, cabe esclarecer que barris físicos de petróleo e contratos futuros são coisas muito distintas, ainda que ligadas. Quando se compram barris futuros de petróleo, é simultaneamente vendida a mesma quantidade de barris, sem comprometer um só barril do mercado à vista.

Já o regulador de mercados futuros de commodities nos EUA, a Commodity Futures Trading Commission (CFTC), na mesma sessão do Senado dos EUA, demonstrou ter opinião oposta à de Masters. Segundo a CFTC, que tem acesso às posições dos investidores, ocorreram aumentos acentuados nos preços de várias commodities sem mercados futuros desenvolvidos, nem investimentos de fundos institucionais. Vários mercados nos quais a negociação via índices é maior têm sofrido quedas de preços no último ano. O nível de especulação nos mercados de commodities agrícolas e de petróleo tem se mantido relativamente constante em termos percentuais à medida que os preços vêm subindo. Estudos da CFTC sobre os mercados agrícolas e de petróleo constataam que os especuladores tendem a seguir tendências dos preços, e não a liderá-las. Finalmente, especuladores tais como "managed money traders" (incluem os hedge funds) tendem a operar tanto como "comprados" como "vendidos". Para a CFTC, são as forças fundamentais de oferta e procura que vêm determinando a inflação de commodities. Tais fatores incluem o aumento da demanda nos mercados emergentes, a menor oferta devido a problemas climáticos ou a evento geopolíticos, e o dólar mais fraco. Em conjunto, tais fatores econômicos fundamentais teriam criado uma "tempestade perfeita" que estaria causando pressões altistas generalizadas nos preços futuros.

Como se dá a transmissão da especulação em mercados futuros para os preços à vista? Suponha que, por alguma razão, especuladores comecem a comprar contratos futuros de petróleo, elevando o preço futuro, e tornando-o relativamente caro vis-à-vis o preço à vista. Um arbitrador, então, venderia o que está caro (o petróleo futuro) e tomaria emprestado para comprar o que está barato (o petróleo à vista). Quando o contrato futuro maturasse, o arbitrador entregaria o petróleo armazenado ao (elevado) preço futuro, pagaria o empréstimo tomado e embolsaria um lucro extra. Note-se que tal mecanismo de transmissão requer que haja uma subtração de barris de petróleo do consumo à vista para serem estocados. É tal diminuição da oferta de barris físicos que pode elevar o preço à vista. O problema é que os estoques, não só de petróleo, mas da maioria das commodities, estão caindo, não subindo. Ou seja, é difícil justificar que seja a especulação em índices de commodities a causa da inflação de commodities que vem ocorrendo.

Um argumento persuasivo é o que liga a inflação de commodities à baixa da taxa real de juros que tem ocorrido nos últimos anos ao redor do mundo, sobretudo nos EUA. O

argumento é que ao produzir e vender um barril de petróleo, os dólares auferidos passam a render a (baixa) taxa real de juros. Assim, é mais vantajoso deixar o petróleo debaixo da terra e esperar pelo preço mais alto no futuro. À medida que mais petróleo é deixado debaixo da terra, o preço à vista sobe. O mesmo valeria para as demais commodities que têm oferta limitada. Outro canal através do qual a baixa dos juros nos EUA afetaria o preço (em dólares) das commodities é via depreciação do dólar frente às demais moedas. Quando o dólar se deprecia, o preço das commodities cotadas em dólar sobe.

Voltando à alegada culpa dos especuladores, falta demonstrar por que eles resolveriam comprar grandes posições futuras de commodities a preços elevados se não houvesse razões fundamentais para justificar tal comportamento. Ao fim e ao cabo, se os preços caírem, os especuladores perderiam muito. Dado a grande liquidez de tais mercados, coalizões para manipular preços (corners) são improváveis.

Os preços de commodities podem cair. Se os bancos centrais, preocupados com a inflação em alta, apertarem as respectivas políticas monetárias, isso deve baixar os preços das commodities. Mudanças nas expectativas de (maior) oferta de commodities, ou de (menor) crescimento da demanda também podem impactar favoravelmente os preços de commodities. Limitar o funcionamento de mercados de derivativos de commodities não só não resolveria o problema da inflação de commodities, como poderia piorá-lo. Sem o balizamento provido pelos preços futuros, haveria menor investimento na produção, com impactos indesejáveis sobre a oferta futura e sobre os preços à vista no futuro.

***Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.**

**O etanol e a solidão das vaquinhas brasileiras – Rogério Cezar de Cerqueira Leite –
Folha de São Paulo – Opinião - 06/07/2008**

DE TODAS as críticas que se erigiram nos últimos cinco ou seis meses ao álcool combustível de cana-de-açúcar, a mais renitente é aquela que se refere à competição com a produção de alimentos. No que segue, vamos demonstrar que há muita ignorância e uma certa dose de má-fé no alicerce desses argumentos. Afirmam os especialistas que a população do globo deverá estacionar entre 9 bilhões e 10 bilhões de habitantes. Como todo mundo sabe, a máquina biológica humana consome em média 2.000 kcal por dia. Isso corresponde a aproximadamente 600 gramas de cereal por dia, o que, para um vegetariano, é suficiente.

O Homo sapiens, porém, pode usar o dobro: para cada quilo de carne, consome entre 7 kg (gado confinado) e 2 kg (frango de granja) de cereal. Supondo um consumo individual de 40 kg a 60 kg de carne por ano (frutos do mar etc. vão de lambujem), podemos deduzir que mais 600 gramas de cereal serão necessários por dia.

Com isso, a humanidade, para viver saudavelmente, deverá consumir anualmente, direta e indiretamente, entre 4 bilhões e 5 bilhões de toneladas por ano de cereais, o que demandaria uma área de cerca de 800 milhões de hectares com tecnologias atuais (produtividades entre 10 toneladas/ha por ano, que é o caso do milho, e 4 toneladas/ha por ano -arroz, trigo, soja- são correntes).

Para substituir todo o combustível fóssil consumido hoje por etanol, incluídas tecnologias que aproveitassem integralmente os resíduos lignocelulósicos da produção de álcool e cereais, seriam necessários entre 300 milhões e 400 milhões de hectares. Ora, a FAO informa que o total de terras cultivadas é de 1,5 bilhão de hectares, havendo ainda uma disponibilidade adicional de terras cultiváveis de 3,5 bilhões de hectares.

Ou seja, não será preciso ampliar a área cultivada para suprir a humanidade de toda a comida e energia de que precisa hoje e precisará no futuro, mesmo que o consumo de energia dobre e a população do globo atinja o limite superior. Bastaria usar tecnologias atuais que aumentam a produtividade. E ainda há terra disponível, aquela atualmente não cultivada, para uma população extra de 30 Chinas ou 4,5 vezes a população final da humanidade. Ainda bem que os chineses ainda não perceberam essa abundância de terras cultiváveis.

Outra fantasia criada pela mente mórbida dos ecoidiotas transnacionais e ecoada por nossos verdolengos com e sem colete propõe uma espécie de mecanismo dominó. Assim, a expansão da cultura da cana-de-açúcar estaria impelindo a soja para o norte, que, por sua vez, estaria empurrando o gado, que, como consequência, estaria invadindo a floresta amazônica. Ora, a invasão da Amazônia pela soja e por pastagens ocorreu antes de qualquer aumento de produção de cana. Vamos, todavia, ver por que esse ecobesteirol, além de ser pura fantasia inconsistente, é fruto de má-fé.

A cultura da cana ocupa cerca de 6,5 milhões de hectares (aproximadamente metade para o álcool, metade para o açúcar), a soja ocupa 22 milhões, e as pastagens, 200 milhões. Dobrando a produção do álcool e mantidas as mesmas deficiências tecnológicas atuais, seriam ocupados menos que 2% da área de pastagens. Nosso rebanho tem cerca de 200 milhões de cabeças (uma vaca por hectare). Ou seja, a distância média intervacas, que é de 100 metros, seria reduzida para 98 metros. Seria um transtorno muito grande para as pobres vaquinhas ou, ao contrário, contribuiria para a redução da solidão em que se encontram essas senhoras?

Como não é possível acreditar que os ecofestivos brasileiros sejam incapazes de uma aritmética tão elementar como a aqui utilizada, só nos resta crer que não se vexam de utilizar argumentos pífios e de má-fé. Ai, que saudades da Marina! Então, como se explica a onda neomalthusiana que abala os alicerces das políticas de biocombustíveis, inclusive a do álcool de cana-de-açúcar? Há certamente várias vertentes.

Em primeiro lugar, um inequívoco jogo de interesses comezinhos de nações, empresas e políticos. Em segundo, uma imensa e indesculpável ignorância de fatos corriqueiros e de aritmética elementar. E o que há de mais extraordinário é que essa militância pseudoconservacionista se põe a serviço de inconfessáveis interesses de empresas de petróleo e especuladores no setor de alimentos.

**ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE , 76, físico, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e membro do Conselho Editorial da Folha.*

Cúpula dos países ricos vai propor a criação de método de estocagem de grãos para tentar a estabilização de preços -Se líderes concordarem, um grupo de especialistas será criado para discutir detalhes do plano, incluindo cotas para cada país participante

Se não há acordo no G8 para uma atuação ambiciosa em relação a um problema de médio prazo, como é a mudança climática, menos ainda se pode esperar algo forte em um tema muito mais urgente -o da disparada dos preços do petróleo e dos alimentos.

Até agora, o passo mais eficaz que os negociadores decidiram levar à consideração dos líderes diz respeito à criação de um mecanismo de estocagem de grãos para tentar estabilizar os preços quando necessário.

Seria, de acordo com o jornal "Asahi Shimbun", um modelo similar ao da Agência Internacional de Energia, pelo qual se faz um estoque de petróleo como "colchão" para crises energéticas. No momento, apenas Japão e Alemanha, entre os países do G8, têm sobra de grãos em estoque, certamente porque foram vítimas da fome na esteira da derrota na Segunda Guerra Mundial (1939/45).

Se os líderes concordarem com a proposta de seus técnicos, o G8 criará um grupo de especialistas que discutirá detalhes do plano, incluindo cotas para cada nação participante, um sistema de gerenciamento dos inventários e os canais pelos quais os grãos seriam liberados para o mercado.

Funcionará? É discutível, embora de fato haja uma significativa redução dos estoques. A FAO (braço da ONU para agricultura e alimentação) calcula que os estoques de cereais estejam no menor nível em 30 anos. Mas os especialistas dizem que a redução dos estoques é apenas um entre os muitos motivos que levaram à chamada "agflação", a disparada de preços dos alimentos, que, pelas contas do Banco Mundial, levará 100 milhões de pessoas à fome neste ano.

O principal fator parece ser o crescimento do consumo em países emergentes de grande porte, casos da China e da Índia, sem que a produção tivesse acompanhado a demanda.

Dizer é fácil, fazer é difícil - A resposta óbvia seria aumentar a produção, tese que o presidente Lula defende uma e outra vez. Mas é igualmente óbvio que demora para que a produção passe a acompanhar o crescimento do consumo e não há nada que o G8 possa fazer para acelerar o ritmo.

Outro fator relevante -e polêmico- é a especulação com alimentos nos mercados futuros. Mas enfrentá-los é tema tabu no G8 e na maior parte do mundo.

Tanto que o documento final da cúpula de Hokkaido se limitará, pelo menos de acordo com o esboço vazado para a mídia japonesa, a expressar "preocupação" com o excessivo influxo de fundos especulativos nos mercados de alimentação. E ainda acrescentará que "os mercados devem ser abertos e eficientes", linguagem cifrada para garantir que os governos não vão interferir com o livre funcionamento dos mercados.

Reforça Tomohiko Taniguchi, subsecretário de Imprensa do Ministério japonês de Relações Exteriores: "Que os governos devem influir nos mercados é fácil de dizer e difícil de fazer". O mesmo raciocínio será aplicado à disparada de preços do petróleo. O G8 dirá o óbvio (que há "grande preocupação", ainda mais que os preços elevados exercem pressão inflacionária em toda a cadeia econômica). Mas não há indício de que a "grande preocupação" se transformará em ações intervencionistas.

Produção e consumo - A resposta do G8 é a óbvia e antiga teoria da oferta e demanda: pedirá aos países produtores que elevem a produção e, aos consumidores, que reduzam o consumo e que usem fontes alternativas de energia.

É aqui que entra o Brasil: "fontes alternativas" é uma expressão que engloba, entre outros, os biocombustíveis. Um deles, o álcool derivado da cana-de-açúcar é uma especialidade brasileira, que, no entanto, enfrenta um problema de imagem por estar sendo misturado no mesmo saco do etanol de milho dos EUA - e este, de fato, reduziu a oferta de milho para alimentação, com a conseqüente alta dos preços.

O G8, como em outros temas, fica numa declaração genérica. Dirá que o uso de biocombustíveis derivados de grãos deve ter um enfoque equilibrado entre a produção [para combustível] e a segurança alimentar, se estiver correto o esboço que vazou para a mídia local. Está muito longe do aval amplo que o presidente Lula vem buscando nos foros internacionais de que participa.

Chance ao Brasil - O Globo – Opinião – Editorial – 06/07/2008

O presidente Lula participará na quarta-feira de uma reunião com os oito países mais desenvolvidos do mundo (G-8), com sua pregação — diga-se, acertada — contra os subsídios distribuídos fartamente pelo Primeiro Mundo à agricultura, distorcendo os mercados mundiais, e a favor do álcool obtido da cana-de-açúcar, um biocombustível que, no caso do Brasil, não interfere na formação de preços de alimentos.

O pano de fundo do discurso de Lula é o encarecimento da comida no mundo inteiro, junto com a disparada de várias matérias-primas, em grande parte por causa de um dos maiores ciclos de crescimento sincronizado de grandes economias, em especial a chinesa e a indiana, com a incorporação ao mercado de consumo de centenas de milhões de pessoas. O mundo enfrenta claro choque de demanda.

Não é exagero nem ufanismo considerar que o Brasil tem uma posição privilegiada numa crise cuja raiz é a escassez de matérias-primas.

Se o governo não cair no canto das sereias heterodoxas, e for duro como deve ser no combate ao surto inflacionário interno, a economia brasileira terá condições de se converter numa efetiva potência exportadora.

O governo conseguiu desmontar o esquema de sabotagem montado por ambientalistas radicais na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para vetar qualquer projeto de desenvolvimento e uso de sementes geneticamente modificadas.

Como sempre ocorreu, virá da ciência a desobstrução dos entraves ao aumento da produção de alimentos.

Dessa maneira é que as profecias malthusianas foram contornadas no passado e o serão novamente agora. Superado na CTNBio o boicote aos transgênicos — de cunho ideológico e reacionário, travestido de postura politicamente correta —, o país terá como aumentar ainda mais a sua produtividade no campo, ajudado pelo conhecimento acumulado há décadas pela Embrapa.

Existem protocolos de segurança seguidos pelos cientistas nesses experimentos. Há muito tempo os Estados Unidos cultivam produtos geneticamente modificados — ao todo, 57,7 milhões de hectares plantados —, sem qualquer notificação de problemas no consumo.

Apesar de toda a resistência militante, calcula-se já existirem 15 milhões de hectares cultivados no Brasil com soja e algodão alterados geneticamente para resistir a pragas e herbicidas. O custo de produção é menor, a produtividade cresce e preços compatíveis com o poder aquisitivo das populações podem ser praticados. São fatores essenciais para a crise mundial de abastecimento ser debelada.

Pastoral confirma queda de desnutrição infantil – Soraya Aggege - O Globo – O País – 06/07/2008

SÃO PAULO. Levantamento da Pastoral da Criança mostra que a mortalidade infantil e a desnutrição diminuíram no ano passado entre os atendidos pela instituição, comparando com 2006.

Os dados indicam que a tendência de redução desses índices no país, mostrada na pesquisa divulgada semana passada pelo Ministério da Saúde, com números de 1996 a 2006, confirmaram-se também no ano passado.

A Pastoral atende quase 20% dos 9,6 milhões de menores de 6 anos cujas famílias ganham menos de dois salários mínimos (R\$ 830) mensais e vivem sob risco de desnutrição.

Os dados da Pastoral envolvem 1,8 milhão de menores de 6 anos, atendidos por 246 mil voluntários. O levantamento mostra que, em 2007, a taxa de mortalidade caiu de 12,7 para 11 entre cada mil nascidos vivos entre os acompanhados pela instituição, enquanto a desnutrição diminuiu de 3,6% para 3,1%. Os dados do Ministério da Saúde, que são globais, apontam que a mortalidade caiu de 39 por mil nascidos vivos, em 1996, para 22 por mil em 2006. A desnutrição infantil aguda, de 2,3% em 1996, diminuiu para 2% em 2006.

“É preciso avançar muito, principalmente no Nordeste” A redução dos dois índices foi celebrada sem foguetórios pela Pastoral da Criança. A coordenadora nacional, Irmã Vera Lúcia Altoé, frisou que o levantamento mostrou que muitas crianças ainda estão morrendo por falta de políticas públicas adequadas, principalmente no Nordeste: — É preciso avançar muito, principalmente no Nordeste e em alguns estados do Norte. É preciso melhorar as políticas públicas. E nós precisamos atender mais. Só conseguimos 20% do universo de crianças sob risco. Faltam 80% ainda.

Um dos dados que mais preocupam a Pastoral está diretamente relacionado à falta de assistência à saúde: o índice de mortes por afecções neonatais (mortes de bebês com menos de 28 dias), que era de 44,2% em 2006 — considerado muito alto — subiu para 47,2% no ano passado.

— Fazemos muitos esforços para que essas mortes diminuam, mas entramos em 2008 com esse descaso no Pará, onde mais de 20 recém-nascidos morreram na Santa Casa de Belém e as autoridades afirmando que é normal. De um lado, 260 mil brasileiros se empenham voluntariamente para salvar vidas; de outro, o descaso público — disse a Irmã.

Segundo a Pastoral, mais da metade das crianças até 6 anos tem anemia, devido a alimentação inadequada. A prevalência é menor nas crianças pequenas que são amamentadas.

Já nos centros urbanos aumentam os casos de obesidade, mesmo entre as crianças mais pobres. Muitas são obesas e, ao mesmo tempo, carentes de micronutrientes.

Bush frustra expectativa de reunião do G-8 - O Globo – Capa – 07/07/2008

Em sua última participação no G-8, o presidente dos EUA, George W. Bush, baixou as expectativas sobre a possibilidade de alguma decisão para alta do petróleo e aquecimento global. Líderes buscam soluções para a fome dos países mais pobres. Página 14

Sem acordo à vista no G-8 - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008

O presidente dos EUA, George W. Bush, chegou ontem na ilha de Hokkaido, no Japão, para reunião do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) amanhã e, na quarta-feira, do G-8 com o G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), baixando as expectativas mundiais sobre a possibilidade de que alguma decisão importante em torno dos preços do petróleo ou do aquecimento do planeta seja tomada pelos líderes dos países que respondem por mais de dois terços da população mundial.

Desgastado junto à opinião pública americana (e planetária) e a apenas seis meses do fim de seu mandato — esta é a última reunião do G-8 a que Bush comparece como chefe de Estado americano —, o presidente dos EUA chegou com uma plataforma de combate às altas do petróleo que se resume a tentar ampliar a exploração do produto em áreas protegidas do Alasca e a pedidos para que os países da Opep (cartel que reúne os exportadores) aumentem a produção.

— No futuro, faremos a transição para além dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), mas, por hora, estamos num período de transição e precisamos é de mais petróleo — disse ele, deixando os presentes na ilha de Hokkaido com a certeza de que qualquer decisão de peso terá que esperar pelo novo representante na Casa Branca.

Pouca disposição para mexer no dólar Segundo analistas internacionais, excessivamente comprometido com a indústria petrolífera dos EUA, Bush falha também ao não agir em dois pontos essenciais: medidas para evitar a desvalorização do dólar e estabelecer limites para a emissão de gases pela indústria americana, como propõe o Japão. Quando perguntado sobre possíveis intervenções para conter a queda do dólar — esse é um dos fatores que pressionam a alta do petróleo e também dos

alimentos — Bush apenas afirmou que uma melhora na economia dos EUA irá se refletir nas cotações da moeda.

— No que diz respeito ao dólar, os Estados Unidos acreditam numa política de dólar forte e crêem que a força da nossa economia estará refletida no dólar — afirmou Bush, que reconheceu, porém, que a economia americana “não está crescendo de forma robusta como se gostaria”.

O tom não foi mais animador sobre o aquecimento global. Bush, de novo, empurrou o problema para os países emergentes: — Serei construtivo. Eu sempre defendi que precisamos de um entendimento comum que pode começar com metas acertadas, mas sou realista o suficiente para dizer a vocês que, se a Índia e a China não dividirem as mesmas aspirações, então não vamos resolver o problema — disse ele, que fez 62 anos ontem.

Pior para o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda, que pretendia coroar o encontro do qual está sendo anfitrião com um acordo — ou esboço de acordo — sobre ações a serem tomadas nos mais importantes assuntos da reunião: inflação, clima, petróleo e alimentos. Não há consenso nem mesmo em torno do impacto do uso de milho, nos EUA, e outros grãos, na Europa, para a produção de biocombustíveis, o que vem afetando a oferta de alimentos e aumentando seus preços.

Apesar de este impacto ser mais do que sabido entre os países ricos, não há disposição efetiva para estabelecer limites no uso dos alimentos como fonte para os biocombustíveis, o que beneficiaria enormemente o Brasil, cujo etanol de cana-de-açúcar não afeta os preços dos alimentos. E não é à toa que uma das maiores bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chega amanhã em Hokkaido, será buscar um consenso sobre o tema.

Ontem, em sua benção semanal, o Papa Bento XVI exortou o G-8 a cumprir suas promessas de ajuda aos países pobres, neste momento em que essas nações sofrem com a alta de preços de alimentos e energia.

BUSH: BOICOTAR JOGOS É AFRONTA A CHINESES, na página 20

Líderes costuram ajuda para compensar alta de alimentos

Países pobres teriam dinheiro a fundo perdido

NISEKO, (Japão). Diante da relutância dos países ricos em mexer na questão do petróleo, os esforços em Hokkaido, no Japão, parecem convergir para o problema da alta nos preços dos alimentos (e da conseqüente inflação mundial). Hoje, um grupo de sete países africanos convidados para a reunião do G-8 vai cobrar mais ajuda financeira e mais oferta de alimentos para as nações pobres, especialmente de Ásia, África e América Central, onde acontecem protestos populares e crises políticas.

O projeto que começa a ser esboçado em Hokkaido, segundo diplomatas, buscará resolver o problema em três flancos. A primeira medida prevê o apoio financeiro, provavelmente a fundo perdido, para ajudar os 50 países mais afetados pela fome a comprar alimentos em caráter emergencial.

Também está em discussão a criação de uma espécie de superestoque, com grãos fornecidos por cada país de acordo com cotas a serem fixadas futuramente.

Esta é uma sugestão do Japão, país com o maior estoque de arroz hoje no mundo.

E, finalmente, está sendo esboçado um fundo de US\$ 10 bilhões, a ser gerenciado pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajudar os países a resolver gargalos na produção de grãos e no transporte de alimentos, este último afetado pelos altos preços do petróleo.

A chanceler alemã Angela Merkel enviou uma mensagem aos líderes do G-8 pedindo uma ação urgente contra a crise. Um grupo de trabalho liderado por especialistas alemães chegou à conclusão de que os 30 países mais pobres do mundo vão precisar de US\$ 20 bilhões para a compra de alimentos. O governo da Alemanha já se comprometeu a destinar US\$ 750 milhões para a ajuda emergencial.

“A crise dos alimentos ameaça a democratização, desestabiliza os países e leva a problemas de segurança internacional”, disse Merkel na carta enviada aos líderes e reproduzida na revista alemã “Der Spiegel”.

Segundo o Banco Mundial, a crise dos alimentos já empurrou cem milhões de pessoas de volta para baixo da linha da pobreza.

Caso o encontro entre o G-8 e o G-5 avance, a idéia é criar um grupo de trabalho especial para executar o plano de combate à falta de alimentos, que os especialistas atribuem não apenas ao crescimento econômico mundial, mas também à falta de investimentos na expansão da produção agrícola.

— As crises do petróleo e dos alimentos estão tendo um impacto negativo na economia mundial — disse o premier japonês Yasuo Fukuda. (G.S.J)

O esforço internacional para conter a alta dos alimentos - Walter Belik – Valor Econômico – Opinião - 07/07/2008

Na primeira semana de junho, realizou-se em Roma a Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial, que contou com a presença maciça de ministros e chefes de Estado de 183 países e a Comunidade Européia. Essa reunião foi cercada de grande preparação, tendo em vista a turbulência causada pela alta do preço dos alimentos em todo o mundo. Vários documentos foram apresentados como insumos para essa reunião e os resultados esperados eram de uma ação conjunta dos países visando, por um lado, atacar diretamente as causas que estariam levando à escalada dos preços dos alimentos e, por outro lado, articular uma ação conjunta de apoio às populações mais vulneráveis. Nesse sentido, não seria demais afirmar que os resultados ficaram muito aquém da expectativa que se criou em torno do tema.

Na realidade, embora os preços internacionais continuem em alta e as manifestações da população estejam assumindo um caráter violento em alguns países, a raiz do problema pode não residir nos problemas de oferta. Tudo leva a crer que as perspectivas de aumento da oferta de alimentos são boas para os próximos meses.

Dias atrás o Departamento de Agricultura dos EUA divulgou o seu esperado informe sobre a agricultura mundial. As previsões são positivas: a produção global de trigo deverá aumentar em quase 10% nesse ano devido a boas safras nos Estados Unidos. Já o milho deverá ter uma queda em torno de 3% naquele país devido às inundações do Meio-Oeste, mas essa redução será plenamente compensada pela maior oferta na China, Ucrânia e Rússia. A produção de arroz deverá se ressentir dos problemas causados pelo Furacão Nargis no Sudeste Asiático mas, mesmo assim deverá crescer em 3% em termos globais.

As oleaginosas deverão ter um crescimento espetacular nesse ano - estima-se um aumento da oferta em 8%, decorrente principalmente de uma maior produção nos EUA (outros 13 milhões de toneladas), Argentina e Brasil (três milhões de toneladas adicionais). Finalmente, as previsões são muito otimistas no que se refere à oferta de proteína animal, que em termos agregados também deverá crescer 2,4% no presente ano.

Desafortunadamente, o comércio agrícola internacional não é um sistema de vasos comunicantes, com perdas de um lado do mundo sendo compensadas por aumentos de oferta em outra parte. Sabemos que as barreiras comerciais e os problemas de transporte e armazenamento impedem a livre circulação do produto pelos quatro cantos do globo. Entretanto, do ponto de vista dos dados agregados, a oferta de alimentos deverá acompanhar ou até mesmo superar o crescimento da economia mundial e, portanto, não haveria motivos para súbitas elevações de preços.

Na economia doméstica, os países estão procurando resolver o problema do alto custo da alimentação de diferentes formas. Segundo levantamento realizado pela FAO a partir de uma amostra de 77 países, com vistas a subsidiar os participantes da reunião de Roma, as alternativas de política adotadas pelos governos estão se concentrando basicamente em reduções de impostos, controle de preços e mais subvenções à população vulnerável. Há também um grupo de países que optou pela adoção de restrições à exportação, buscando aumentar a oferta interna rapidamente. Em 22% dos países colocou-se em marcha um aumento da oferta a partir das existentes reservas de cereais comestíveis.

Constata-se, assim, que a utilização de estoques públicos para estabilização de preços nos países afetados tem sido uma política pouco acionada, tendo que vista que desde os anos 90 os países vêm reduzindo a manutenção de estoques para intervenção no mercado. No Brasil, por exemplo, os estoques públicos caíram para níveis mínimos nos últimos anos, o que, em comparação com a má gestão dos anos anteriores, representa um progresso, porém aumenta bastante a nossa vulnerabilidade em relação a qualquer problema climático que possa surgir. O feijão é um exemplo dessa mudança de orientação: há 20 anos, os nossos estoques mensais de feijão eram de 113 mil toneladas (média 1987/88); em 1997/98 esses estoques médios mensais se reduziram para 28 mil toneladas; e, finalmente, em 2007/08 as médias mensais caíram para apenas 23 mil toneladas, representando apenas 8,4% da demanda esperada. Esses estoques reduzidos têm uma parte da culpa pela alta nos preços. Vale lembrar que o preço do feijão carioca aumentou 109% entre maio do ano passado e este ano na cidade de São Paulo.

Políticas de subsídios e restrição às exportações são efêmeras, é mais efetivo reforçar a oferta e formação de estoques

Assim, tendo em vista que a oferta de produtos agrícolas deverá se manter no curto prazo, o que faz falta aos países afetados pelas altas nos preços dos alimentos é permitir que o Estado possa praticar um pouco mais o seu papel normativo e de regulação de mercados. É evidente que as políticas de intervenção - por meio de preços, subsídios e restrição às exportações - são efêmeras e, portanto, nada mais efetivo que reforçar a oferta e a formação de estoques.

Apesar de reconhecer a urgência da situação e a necessidade de expandir rapidamente a disponibilidade de alimentos, principalmente nos países pobres, os signatários da declaração final da Conferência de Roma se restringiram a atuar

indiretamente coibindo a especulação com commodities, além de apoiar algumas ações de curto e médio prazos.

No horizonte mais imediato, pretende-se apoiar a assistência humanitária à alimentação por meio de doações ou mesmo alívio de dívidas e compromissos internacionais, de forma que esses países possam importar alimentos com uma maior folga. Pretende-se também intervir diretamente nos mercados de forma a moderar as flutuações de preços e, ao mesmo tempo, reforçar os estoques de segurança de alimentos nos países mais vulneráveis.

O montante doado pelos países ricos e agências multilaterais (que foi arrecadado antes e durante a Conferência) para promover essas políticas atinge a expressiva cifra de US\$ 18 bilhões em até 5 anos, embora esteja muito abaixo do calculado como necessário pela FAO e muito abaixo daquilo que havia sido acordado no Consenso de Monterrey (destinar até 0,7% do PIB dos países ricos para ajuda ao desenvolvimento) em 2002. Entretanto, essas doações não representarão nada se vierem materializadas apenas em transferências de excedentes agrícolas dos países ricos.

No médio e longo prazos, o problema maior é proporcionar acesso aos mercados por parte dos agricultores desses países. Somente isso pode afiançar aumentos de produção e estoques de segurança para a agricultura. Essa é a missão da nova reunião de ministros da Rodada de Doha programada para o final desse mês. Aí vamos ter a oportunidade de comprovar se, além das declarações, os países ricos querem mesmo avançar no sentido de garantir a alimentação no mundo.

***Walter Belik é professor livre-docente e membro do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental do Instituto de Economia da Unicamp.**

Ricos prometem pacote alimentar – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008

O G-8 prepara um pacote de medidas para combater a crise alimentar mundial. Isolados num hotel de luxo e protegidos por milhares de policiais, os líderes dos EUA, Alemanha, Japão, França, Itália, Canadá, Reino Unido e Rússia se reúnem com perspectivas econômicas de curto prazo difíceis e sob o espectro de inflação global. O choque do petróleo, a alta de preços de alimentos e a crise financeira provocam desestabilização econômica e social.

Sob pressão para agir, o G-8 prevê ajuda no curto prazo para os países mais necessitados, formação de estoque de grãos para evitar futuras crises e definição de estratégia de longo prazo para aumentar a produção agrícola mundial, a se crer em diferentes fontes em Hokkaido.

A idéia é de os estoques de alimentos serem liberados no mercado, em esforço coordenado para estabilizar os preços dos grãos quando necessário. No momento, somente a Alemanha e o Japão, entre os membros do G-8, tem excedentes de grãos em estoque. Um grupo de especialistas deve detalhar o plano, incluindo as cotas para cada país participante.

Sobre ajuda imediata, o Banco Mundial pede US\$ 10 bilhões para combater a fome e ajudar agricultores a comprar sementes e fertilizantes. A União Européia (UE) promete 1 bilhão de euros em dois anos, de subsídios agrícolas não utilizados por seus agricultores.

O G-8 planeja alvejar o que considera excessivo fluxo de fundos especulativos nos mercados de commodities, que teriam elevado o preço. Já a Agência Internacional de Energia (AIE) refuta a culpa sobre especulação pela duplicação do preço do petróleo, insistindo, por exemplo, que esse é o argumento fácil para quem não quer tomar decisões.

O Japão convidou 14 países fora do grupo, incluindo sete africanos que se reúnem hoje com o G-8. Os ricos são cobrados a garantir os US\$ 60 bilhões prometidos para os próximos anos para os países pobres combaterem aids, tuberculose, malária. E a reiterar o compromisso de dobrar a ajuda para a África para US\$ 25 bilhões por ano por volta de 2010. (AM)

Tratar diferente os desiguais - Patrus Ananias – Valor Econômico – Opinião - 08/07/2008

A isonomia de tratamento só se justifica entre os iguais. Em uma situação de grave desigualdade, o princípio da equidade manda tratar de maneira diferente os desiguais. Aqueles a quem a vida ofertou menos chances, aqueles que foram atingidos por crises carecem de uma atenção especial para superarem as dificuldades.

Essa máxima tem sido aplicada com rigor dentro do governo Lula. Ela respalda o aumento do salário mínimo acima da inflação, o aumento do orçamento das políticas sociais, a ênfase na agricultura familiar, dentre outras medidas adotadas para corrigir distorções acumuladas ao longo dos mais de 500 anos de história que avolumaram a dívida social brasileira. É essa mesma lógica que estrutura o Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada e que agora orienta o ajuste de 8% do valor do benefício. O valor médio pago passará de R\$ 78,18 para cerca de R\$ 85,00.

O índice de preços ao consumidor que mede a inflação entre os mais pobres (IPC-C1) acumulou uma alta de 8,24% nos últimos 12 meses. De janeiro a maio, o aumento foi de 4,62%, uma alta devida principalmente à escalada do preço dos alimentos, o item que mais pesa no orçamento da população de baixa renda. No Brasil, enquanto os 20% mais pobres gastam 34,5% de sua renda com alimentação, os 20% mais ricos gastam 10,7%. A inflação não pesa de maneira igual para todos. O governo federal está tomando as medidas para contê-la e, como tem reiterado o presidente Lula em seus pronunciamentos, a conta não será mandada para os pobres.

Até aqui, o bom senso do tratamento diferenciado para os mais pobres tem rendido bons resultados na redução do índice da desigualdade nacional. Os programas sociais respondem por 21% na redução da diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres. O índice de Gini da diferença de rendimentos do trabalho em seis regiões metropolitanas teve uma significativa queda - de 0,540 em 2002 para 0,509 em 2007 - e essa melhora se deu porque a recuperação da renda dos mais pobres foi cinco vezes maior do que a recuperação da renda dos mais ricos. Entre 2003 e 2006, a redução da pobreza foi de 31,4%. Quatorze milhões de pessoas superaram a condição de pobreza extrema no período. A concentração de renda no país atingiu, em 2006, o menor índice dos últimos 30 anos. No momento em que estamos no caminho para resgatar nossa dívida social, sofremos, junto com todos os países do mundo, com a crise de elevação do preço de alimentos que não só pressiona a inflação, como faz isso de uma maneira mais perversa para quem ganha menos. Nós temos como reagir a essa crise e temos o dever de proteger os mais necessitados dos efeitos perniciosos que ela traz. O reajuste dos benefícios do Bolsa

Família está entre nossos instrumentos disponíveis. Manter o efeito dos nossos programas é uma maneira de impedir que as pessoas, famílias e até comunidades inteiras que estão saindo de uma situação de exclusão corram risco de retroceder.

O governo também está analisando outras alternativas para barrar, no país, os efeitos da elevação dos preços dos alimentos. A maior parte das causas dessa elevação é externa: tem relação com os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, a produção americana de etanol baseada em milho, o aumento do preço do petróleo que encarece os custos da indústria agrícola, a especulação financeira em torno das commodities e também o virtuoso aumento da demanda por consumo de alimentos em função da redução da pobreza em países populosos com pouca capacidade de expansão de suas terras agricultáveis, como Índia e China.

Os programas sociais respondem por 21% na redução da diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres

A redução da pobreza no Brasil também provoca aumento da demanda, mas temos condições de ampliar nossa área agricultável tanto para produção de biocombustíveis (no nosso caso, a partir da cana-de-açúcar), quanto para a produção de alimentos. Estamos investindo na agricultura familiar e no fortalecimento de nossa rede de proteção e promoção social.

Uma das importantes iniciativas nesse sentido é a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), prevista a partir da promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), em 2006. O Sisan ainda precisa de regulamentação e integra o esforço do governo de organizar a rede de proteção e promoção social em sistemas, como estamos fazendo também na Assistência Social com o Suas (Sistema Único de Assistência Social), implantado em 2005. Isso confere mais agilidade às políticas da área, estabelecendo co-participação da União, Estados e municípios para implementação dos programas, garantindo continuidade e estabelecendo parâmetros de integração entre as áreas.

Há ações complementares importantes com reflexo na racionalização dos gastos dos alimentos, como programas de educação alimentar que estimulem alternativas de produção local, uma vez que os produtos regionais são menos influenciáveis aos preços mundiais de alimentos. Ao mesmo tempo, estamos investindo em equipamentos que facilitem o acesso aos alimentos em áreas urbanas, como restaurantes populares, infra-estrutura física para mercados e feiras populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias. Na perspectiva de ampliação dos direitos, estamos intensificando as ações voltadas para programas de inclusão econômica, buscando parcerias para aumentar oportunidades de qualificação profissional dos beneficiários dos programas sociais do governo federal.

Estamos vencendo a luta contra a desigualdade, contra a fome e contra a miséria. Temos o compromisso de fortalecer esse caminho. Não podemos nos esquecer que o combate à desigualdade tem reflexos positivos na economia do país porque dinamiza a economia local, confere sustentabilidade ao crescimento econômico e promove a coesão social. Mais do que nunca, precisamos consolidar nossas possibilidades de reagir às crises e continuar em uma linha de desenvolvimento justo e vigoroso. Nosso propósito é garantir que a todos os brasileiros e brasileiras sejam dados os mesmos direitos e oportunidades para desenvolverem sua existência da forma mais plena possível.

***Patrus Ananias é ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**

Alta de preços pode levar 47 mi à linha de pobreza na AL – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

A alta da inflação ameaça colocar novamente abaixo da linha de pobreza 47 milhões de latino-americanos que conseguiram emergir da miséria nos últimos cinco anos, diz José Juan Ruiz, economista-chefe para Américas do Santander.

Para o banco, 60% da população latino-americana corre o risco de reduzir seu padrão de vida em um cenário de estagflação, a combinação de aumento de preços e baixo crescimento.

Uma inflação de dois dígitos por mais de dois anos levaria 25 milhões de pessoas da nova classe média emergente à pobreza, segundo o banco. Para Ruiz, a inflação anual esperada para a região saltou 45% em nove meses: de 6,6% para 9,5%. Na Venezuela e na Argentina, já teria dois dígitos.

De 190 países no mundo, 50 têm inflação acima de 10%. "Ou seja, 42% da população mundial -3 bilhões de consumidores. Não há exemplo que mostre que uma pequena inflação ajuda os países a crescerem." O economista estima que uma família da região gaste em média 45% do orçamento com alimentação e energia, setores que mais tiveram alta de preço.

No Brasil, a renda per capita cresceu 6,8% em 2007, e neste ano deve ir para 5,4%. Na região, a alta deve passar de 6,9% para 5%, respectivamente. **O jornalista TONI SCIARRETTA viajou a convite do Santander*

PNAE vai comprar pescado do PAA para alimentação escolar – Sítio Eletrônico da Conab – 09/07/2008

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vai comprar, a partir do próximo ano, pescado produzido por aqüicultores familiares beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Conab, com participação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

Projeto piloto com esse tipo de produto está em andamento em Pernambuco. A ação envolve cerca de 400 pessoas em 40 municípios, como merendeiras, nutricionistas, pescadores artesanais, aqüicultores familiares e servidores da área de educação. Elas estão sendo treinadas e recebendo orientações sobre as normas para a aquisição dos alimentos do PAA e manejo do pescado, que inclui cuidados sanitários e conservação. A coordenação do trabalho é da Universidade Federal de Pernambuco.

Além do alto valor nutritivo, a inclusão do pescado na alimentação escolar vai fortalecer a economia das comunidades pesqueiras. "A idéia é aproveitar a produção local no cardápio das escolas públicas", explica o técnico da Conab, Gilberto de Sousa. "Caberá à estatal a compra do pescado, por meio do PAA", esclarece.

A idéia é que a experiência seja estendida a outros 13 estados, como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Amazonas, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraná, Espírito Santo, além do Distrito Federal.

Emergentes vão responsabilizar G-8 pela alta dos alimentos e do petróleo – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008

O grupo das cinco economias emergentes (G-5) vai dizer hoje, na reunião com o G-8, que a especulação com os preços dos petróleo e dos alimentos é um problema dos países ricos. E vai cobrar a adoção de mecanismos de controle sobre o movimento de capitais especulativos nesses dois mercados futuros (petróleo e alimentos) e de supervisão de políticas macroeconômicas. O G-5 não prega nenhum tipo de “dirigismo econômico”, mas reclama da regulação pífia do mercado financeiro dos ricos, o que levou, por exemplo, à crise imobiliária dos EUA, o subprime.

Durante um rápido encontro preparatório, ontem, na cidade de Sapporo, os chefes de Estado da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México concordaram que, apesar da relevância da discussão sobre a mudança climática, a prioridade do mundo em desenvolvimento está no desafio de curto prazo de combate à alta dos preços das commodities agrícolas e do petróleo e à conseqüente escalada mundial da inflação.

“Nossa preocupação está centrada no predominante aumento dos preços dos alimentos, que afeta nossas economias e a nossa agricultura familiar. Temos diante de nós o risco de aumento da pobreza nos nossos países e no mundo”, afirmou o presidente do México, Felipe Calderón, que coordenou a reunião de Sapporo, cidade da ilha de Hokkaido a 200 quilômetros do hotel onde os líderes do G-8 realizam o encontro anual.

“Enfrentar esse desafio requer maior diálogo e colaboração Norte-Sul e também Sul-Sul, para o qual o G-5 é um instrumento valioso. Precisamos de uma ação coordenada (do G-8 com o G-5) para enfrentar a inflação mundial.” O encontro do G-5 durou cerca de 30 minutos e formalizou apenas a compreensão dos cinco países sobre sua participação mais efetiva e concertada, neste ano, na reunião de cúpula do G-8.

Durante a discussão, partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, a sugestão de impor maior vigor na mensagem do G-5, de que as economias em desenvolvimento não devem pagar a conta dos problemas macroeconômicos e da ineficiente regulação dos países mais ricos sobre o sistema financeiro - referência aos efeitos da crise no sistema americano de financiamento imobiliário, o subprime - e o mercado futuro de capitais - menção à nova onda de especulação.

Esse recado havia sido ensaiado por Lula na última reunião de cúpula do Mercosul, na Argentina, com apoio de seus colegas sul-americanos. “Há exagero nessa especulação, que decorre da má gerência do sistema financeiro e saiu do mercado de hipotecas para o das commodities agrícolas e do petróleo”, insistiu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O chanceler brasileiro resumiu de forma franca a opção do G-5. “Todos trabalhamos para evitar o aquecimento global. Mas temos um problema grave, que diz respeito aos preços do petróleo e dos alimentos e da inflação, e não podemos deixar que isso desapareça”, afirmou.

“Foi uma vitória do G-5, modéstia à parte, que esse assunto seja objeto de discussão (hoje). No longo prazo, todos estaremos mortos, se não conseguirmos enfrentar o curto prazo. E o curto prazo é a segurança alimentar, o preço dos alimentos, a inflação, o

desequilíbrio macroeconômico do mundo desenvolvido contaminando o mundo em desenvolvimento”, completou.

Segundo Amorim, não se trata de sugerir ao G-8 fórmulas de “dirigismo econômico” para limitar o movimento especulativo sobre os mercados futuros de alimentos e de petróleo. Mas de propor a maior coordenação das políticas financeiras adotadas pelos países desenvolvidos e as economias em desenvolvimento e de pressionar para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) planejem programas para reduzir o impacto da alta dos preços dessas commodities.

Cinismo alimentar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 09/07/2008

"CONTINUAMOS a promover o desenvolvimento de mercados abertos e eficientes para a agricultura e os alimentos." Sem um pouco de cinismo não se faz política, muito menos diplomacia, mas os líderes do G8 (as sete nações mais ricas e a Rússia) exageraram a dose no comunicado do grupo acerca de segurança alimentar, a propósito de sua reunião de cúpula, encerrada ontem no Japão.

O que as nações ricas continuam a promover, por meio de subsídios e barreiras a importações, é uma distorção brutal no mercado mundial de alimentos. O mundo desenvolvido -União Européia, Estados Unidos, Japão- despeja US\$ 1 bilhão por dia para proteger sua agricultura, em geral ineficiente, da concorrência internacional.

Esse mecanismo inibe o investimento na produção agrícola no mundo em desenvolvimento, onde as terras e a mão-de-obra são mais baratas. Ceifa, portanto, oportunidades de incrementar a produção global de alimentos e, ao mesmo tempo, a renda nas regiões pobres do planeta.

Os subsídios e as barreiras a importações permitiram que EUA e países europeus insistissem em produzir biocombustíveis ineficientes como o feito do milho. Essa política acabou por diminuir a oferta de alguns alimentos, o que ajudou a empurrar o preço da comida para cima.

A resposta mais racional para a atual crise alimentar, embora só renda frutos em médio prazo, seria uma redução generalizada e substancial da ajuda dos países ricos a seus agricultores.

Esse passo, associado ao compromisso de investir em produtividade agrícola no mundo em desenvolvimento, daria mais segurança à oferta global de comida e proporcionaria uma fonte de emprego permanente a nações miseráveis, que hoje dependem de esmola internacional. O comunicado do G8 também fala em concluir com "urgência" a chamada Rodada Doha de liberalização do comércio agrícola. Que esta não seja apenas mais uma manifestação de cinismo.

Emergentes levam ao G-8 debate sobre fome - Gilberto Scofield jr – O Globo – Economia – 09/07/2008

SAPPORO, Japão. Os países emergentes do G-5 (Brasil, China, México, Índia e África do Sul) divulgaram ontem um comunicado em que afirmam que a crise dos alimentos, a alta do preço do petróleo e seus impactos sobre a inflação mundial são tão ou mais perigosos que o aquecimento global, sobretudo para os países pobres, cujas populações sofrem mais com o recrudescimento da pobreza e da fome.

A declaração subverteu a ordem da pauta de discussão dos países do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, Grã Bretanha, França, Canadá, Itália e Rússia), que haviam eleito o debate das mudanças climáticas como prioritário de sua reunião de cúpula no Japão.

G-5 pede medidas para frear especulação em 'commodities' O G-5 pediu mais recursos dos ricos para o setor agrícola dos países pobres, sugeriu uma ação financeira global contra a especulação nos mercados futuros de alimentos e petróleo e defendeu mais espaço para as grandes nações em desenvolvimento nos processos decisórios, seja através de grupos específicos, como o G-8 ou o G-5, seja através de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) ou Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao fim de um dia de reuniões, o presidente do México, Felipe Calderón, coordenador dos trabalhos do G-5, disse, ao lado dos líderes emergentes, entre os quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os países ricos precisam fazer mais para garantir a segurança alimentar do planeta. Para o G-5, os ricos deveriam destinar mais recursos para ajudar os países pobres a ampliar sua produção agrícola, a financiar obras de infra-estrutura e mesmo a adquirir insumos afetados pela alta do preço do petróleo, como fertilizantes.

— Nosso maior problema é o aumento nos preços de energia e alimentos — disse ele. Os emergentes querem uma ação coordenada da comunidade financeira internacional para conter a especulação nos mercados de commodities, que hoje afetam os preços de alimentos e da energia. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, foi enfático.

— Há má gerência do mercado financeiro, que vem transferindo recursos de investimentos para aplicações futuras em commodities. Esta especulação nos preços futuros de alimentos e petróleo está causando distorções, então alguma ação deve ser feita no sentido de se reduzir a especulação — afirmou. — Vamos levar nossas preocupações para reunião de amanhã (hoje) com os países ricos.

Expansão do consumo mundial de alimentos e energia, alterações climáticas, produção de biocombustíveis, políticas protecionistas em mercados desenvolvidos: são várias as hipóteses debatidas pelo mundo sobre onde a origem da disparada dos preços dos alimentos e do petróleo nos últimos três anos. Mas o que quer que se diga a respeito, os países emergentes não querem ser culpados pela crise de alimentos ou de energia por causa de seu acelerado crescimento econômico.

O presidente da China, Hu Jintao, chegou a chamar de irresponsável essa tese: — Ganhou destaque um argumento, segundo o qual a culpa pelo aumento de preços dos alimentos se deve ao desenvolvimento dos países emergentes.

Esta não é uma atitude responsável.

As causas para a crise alimentar são variadas e complexas.

E a comunidade internacional só poderá manter a segurança alimentar com o aumento de cooperação e a adoção de medidas eficazes.

Lula discutirá com Bush negociações na OMC Celso Amorim afirmou que o presidente Lula dirá hoje, no encontro entre os países do G8 e do G-5, que o etanol de cana-de-açúcar brasileiro já é um biocombustível de segunda geração. O governo brasileiro está disposto a aceitar a criação de um selo verde que facilite a penetração do combustível nos protegidos mercados europeu e americano.

Hoje também o presidente Lula terá uma reunião reservada com o presidente dos EUA, George W. Bush, para discutir medidas para destravar as negociações para abertura comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC).

G-5 rejeita culpa pela alta de preço de alimentos - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 09/07/2008

O G-5, grupo dos cinco grandes emergentes - Brasil, China, Índia, África do Sul e México -, rejeitou ontem responsabilidade pela crise provocada pela alta dos preços dos alimentos e cobrou das nações industrializadas combate à especulação financeira, que tem impacto no custo das commodities.

O presidente da China, Hu Jintao, qualificou de "atitude não responsável" a acusação de que o desenvolvimento dos emergentes é que estaria elevando os preços dos alimentos. Pequim continua sendo visada por sua voracidade no consumo de commodities.

Os emergentes decidiram que, na discussão com os líderes do G-8 (grupo de países ricos mais a Rússia), hoje de manhã, vão se concentrar no impacto da inflação, com os preços altos dos alimentos e do petróleo, e menos nos compromissos que poderiam assumir no combate ao aquecimento global.

A posição foi definida após reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, a uma discussão inicialmente muito centrada na questão climática, segundo relato do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. "Evitar o aquecimento global é objetivo de longo prazo, mas há um problema de curto prazo grave que é a inflação, a crise alimentar, a alta do petróleo", justificou Amorim.

Para discutir sobre crise de alimentos, os líderes do G-8 e do G-5 vão se reunir primeiro no café-da-manhã e depois no almoço. O G-5 deve conclamar os ricos a cooperar no diagnóstico e buscar soluções para a crise alimentar, numa indicação de que ninguém tem certeza do que está acontecendo.

Várias propostas circularam no G-5. O Brasil sugere que o Banco Mundial dê crédito mais barato para países pobres comprarem fertilizantes para elevar a produção agrícola. O México quer a criação de um Fundo Verde. A China fala de mecanismo de financiamento para novas tecnologias, além de cooperação em reserva de grãos.

Para o Brasil, a solução passa por uma reforma internacional, para evitar que crises originadas nos países desenvolvidos, até por supervisão inadequada de política macroeconômica e mecanismos financeiros, acabem afetando os países em desenvolvimento.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentará idéias contra a especulação financeira na próxima reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). Elas serão

recebidas com ceticismo, pois se sabe que a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, queria, na cúpula do G-8 no ano passado, impor um código de conduta para os fundos hedge, e não conseguiu isso por causa da oposição dos EUA.

Enquanto os emergentes se reuniam em Sapporo, capital de Hokkaido, a mais de uma centena de quilômetros o G-8 já tinha divulgado declaração sobre ambiente e mudanças climáticas, no qual acenou com a mesma promessa do ano passado, de cortar em 50% suas emissões de gases-estufa até 2050, sem porém assumir compromisso explícito sobre a meta.

O G-5 julgou insuficiente o texto dos ricos e insistiu ser essencial que aceitem reduzir suas emissões em pelo menos 25 a 40% até 2020, e entre 80 e 95% até 2050. Reagindo a pressões para assumir compromissos fortes contra o aquecimento, o grupo enfatizou que "não se deve jogar a responsabilidade para os países em desenvolvimento. É uma clara responsabilidade dos países desenvolvidos".

O Brasil se opõe ainda à proposta do Japão de abordagem setorial no combate ao aquecimento, que atingiria em primeiro lugar indústrias como a siderúrgica. O governo brasileiro rejeita singularizar o problema e dizer que o setor siderúrgico não pode produzir mais.

Deus fez a sua parte - CARLOS ALBERTO SARDENBERG – O Globo – Opinião – 10/07/2008

Visto de fora, com a vantagem da distância que embaça os detalhes, o Brasil parece muito bem.

Visto em perspectiva global, parece excepcionalmente bem.

De que o mundo precisa e vai continuar precisando? No essencial, de alimentos e energia. Ora, o Brasil já é grande produtor e exportador de alimentos, tem terras e capacidade para melhorar sua posição. Energia, o país já tem para o gasto, ou quase, e pode se tornar grande fornecedor mundial.

Há aqui, aliás, outra combinação que favorece o Brasil. O mundo quer também energia verde — e o país já tem desenvolvida a capacidade de produção do etanol da cana-de-açúcar.

É verdade que essa energia tem alcance limitado. Nem plantando toda a terra agricultável do mundo com cana seria possível produzir o etanol necessário para mover a frota mundial de automóveis.

O etanol será mistura para a gasolina. Vai daí que o petróleo continuará sendo a principal fonte para os carros, assim como para a indústria global. Tudo bem, a mão de Deus colocou o Brasil nesse jogo.

Pelo que apontam as recentes descobertas de óleo na camada de pré-sal, o país poderá ser um exportador importante de petróleo já por volta de 2015.

Conforme as estimativas de técnicos da Petrobras, não seria difícil alcançar vendas externas líquidas de 1 milhão de barris/dia. Mas, leitores e leitoras terão reparado, é tudo na base do “pode ser”. Há países não abençoados por Deus, com escassos recursos, que souberam crescer e enriquecer. Japão e Coréia do Sul, por exemplo.

E não é preciso procurar muito para encontrar nações abençoadas mergulhadas em guerras, atraso e miséria.

Ou com um crescimento lento e mal distribuído.

Eis uma boa comparação: Israel, sem uma gota de petróleo, com pouca terra boa para plantar, em meio a um deserto, tem uma renda per capita em torno de US\$ 23 mil. É quase o dobro da Arábia Saudita (US\$ 13 mil/ano), entretanto, a maior produtora e exportadora mundial de petróleo. E ainda tem gás, minério de ferro, ouro e cobre.

A história mostra que não é fácil transformar recursos naturais em riqueza da qual as pessoas possam desfrutar.

E quando um país consegue combinar a bênção da Natureza com a capacidade da população e a sabedoria de seus líderes, simplesmente decola, como aconteceu com os EUA.

Portanto, o problema brasileiro hoje é como lidar com toda essa potencialidade.

O primeiro desafio é não começar a brigar desde já por uma riqueza que ainda não existe.

Qual nosso problema principal? Mobilizar investimentos.

Tome-se o caso do petróleo. Sabe-se onde está e já se conhece, no essencial, a tecnologia necessária para retirá-lo de lá. Mas para fazer isso é preciso construir/ comprar/ alugar sondas, navios, oleodutos, gasodutos e refinarias.

Além de formar e contratar o pessoal. Haja capital.

Há capital no Brasil, mas está longe, muito longe de ser o suficiente. Serão necessários investimentos estrangeiros de porte. Logo, o modelo de exploração precisa atrair o investidor e garantir que a empresa bem-sucedida no negócio poderá fazer e levar o lucro para seus acionistas.

Após a descoberta dos novos campos, o governo brasileiro passou a discutir não exatamente o modelo de exploração, mas quanto disso tudo — que ainda não existe — vai ficar para o Estado. Governos estaduais e prefeituras já cobiçam essa mesma riqueza do futuro.

Já se discute sobre uma nova estatal, por exemplo, que seria a dona exclusiva dos novos campos. Mau começo.

Mesmo porque o atual modelo — leilão e concessão de campos — já se mostrou muito eficiente no que é necessário, aumentar investimentos, nacionais e internacionais, e a produção.

Mas os novos campos vão dar muito dinheiro, comenta-se, não é possível deixar tudo isso para os gringos ou para os capitalistas nacionais. Mas quanto maior o lucro, mais impostos o governo recolhe. E para fazer o lucro, são necessários os investimentos que geram desenvolvimento, emprego e renda aqui mesmo.

Em resumo, é preciso abrir espaço e criar condições para o investimento privado, nacional e internacional, e estatal, da Petrobras. Quanto aos alimentos? Aí é mais fácil.

A terra está aí, é só criar condições para a expansão do agronegócio. Quase se poderia dizer: não atrapalhar o agronegócio.

*CARLOS ALBERTO SARDENBERG é jornalista. E-mail: sardenberg@cbn.com.br.

Reunião do G-8 acaba sem consenso - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 10/07/2008

As discussões sobre economia global na reunião do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, Itália, Grã Bretanha, França, Canadá e Rússia) com seus convidados do G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) e entre o chamado Encontro das Grandes Economias (que incluiu os 13 países acima, mais Austrália, Coreia do Sul e Indonésia) terminaram ontem na ilha de Hokkaido, no Japão, com um oceano de discordâncias sobre as três maiores ameaças ao planeta hoje, além das mudanças climáticas: a crise de alimentos, o elevado custo da energia e a conseqüente alta da inflação mundial.

O G-8 voltou a alertar os países para a ameaça da disparada nas cotações das commodities, um ponto com o qual todos parecem concordar. Mas não houve consenso sobre as razões para a alta dos preços dos alimentos, matérias-primas e energia. Baixos investimentos em agricultura?

Maior consumo mundial? Desvalorização do dólar? Falta de estoques? Especulação financeira? Tampouco houve consenso sobre a melhor forma de combater os problemas. A própria discussão sobre o processo decisório, concentrado nos países do G-8 e sem levar em conta as maiores economias emergentes do planeta, não avançou um milímetro.

O G-8 continuará, por ora, a ser um clube de ricos.

Talvez por isso o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha sugerido ontem que a melhor forma de enfrentar a crise dos alimentos e do petróleo é descobrir, primeiro, um diagnóstico aceito por todos.

— Os mais precipitados gostam de culpar os biocombustíveis, sem separar o etanol feito da cana-de-açúcar no Brasil do combustível feito de milho nos EUA. E o fato é que temos 90% da nossa frota de carros novos movidos a motores flex e, ao mesmo tempo, a desnutrição no Nordeste foi reduzida em 79% nos últimos anos. Na verdade, não vejo a alta no preço dos alimentos como um problema, mas como oportunidade, porque vários países cresceram muito. Então precisamos é produzir mais — disse ele.

Brasil e Reino Unido fazem apelo por Doha Os ricos prometeram ajuda financeira para investimentos em agricultura e infra-estrutura nos países pobres e em desenvolvimento, sem que um só centavo tenha sido deslocado para tal. Apesar das pressões dos emergentes por medidas para frear a especulação nos mercados futuros de commodities — o que estaria influenciando os preços atuais dos alimentos, na opinião de muitos países, Brasil à frente —, os ricos prometeram apenas que vão estudar o tema.

— Aqueles que perderam dinheiro com a crise das hipotecas dos EUA agora querem ganhar dinheiro com alimentos e petróleo em mercados futuros.

Um preço do barril de petróleo acima de US\$ 140 é inconcebível — disse Lula.

Declarações dos chefes de Estado das nações ricas primaram pelo caráter vago.

— Nós encaramos uma séria pressão sobre o padrão de vida das pessoas — disse o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown.

— O mundo enfrenta uma crise grave — fez coro o premiê do Japão, Yasuo Fukuda. As discussões para destravar a Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), não avançaram.

Houve só uma declaração conjunta de Lula e Brown pedindo que, “em tempos de altos preços dos alimentos”, os mercados devem se abrir “para aumentar trocas comerciais.” Haverá uma reunião sobre Doha este mês em Genebra.

(*) Com agências internacionais

Expectativa de menor estoque puxa preços – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008

Depois de dois dias consecutivos de forte queda, os preços futuros da soja voltaram a subir ontem na bolsa de Chicago. A alta foi impulsionada por especulações de que o governo americano vai divulgar queda nos estoques do país por conta das inundações provocadas pelas chuvas durante o mês de junho nas regiões produtoras do Meio-Oeste.

Os produtores americanos deverão colher 96,8% da área total plantada com soja no país, estimada em 30,1 milhões de hectares, segundo analistas ouvidos pela agência Bloomberg. No último levantamento do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), divulgado em 30 de junho, a expectativa era colher 98,1% da área. O próximo relatório de oferta e demanda do USDA sai amanhã. No início de junho, os estoques oficiais do governo já indicavam os mais baixos volumes de soja dos últimos quatro anos. O setor privado e as indústrias esmagadoras também estão com estoques menores.

Por conta desse cenário, analistas afirmam que os preços da oleaginosa devem continuar firmes no mercado internacional. Na bolsa de Chicago, os contratos com vencimento em setembro fecharam a US\$ 15,72 o bushel, com alta de 23 centavos.

'Preços de alimentos bateram no teto', diz Lula – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem, no Vietnã, uma avaliação positiva em relação à inflação e afirmou que a tendência é a queda do índice oficial do País (IPCA, que serve de referência para o regime de metas) para algo entre 4,5% e 4,9% em 2009.

Online: acompanhe a divulgação do [IPC-Fipe](#)

Online: acompanhe a divulgação da 1a. prévia do [IGPM](#)

[Multimídia](#): veja a variação de preços de todos os produtos que compõem o IPCA

“Os prognósticos, mesmo os mais conservadores, indicam uma melhoria no ano que vem”, afirmou o presidente. “Estou convencido de que o preço de alguns alimentos que subiram demais já bateram no teto e a tendência agora é começar a cair”, declarou Lula, segundo o qual a previsão do governo para o índice de preços deste ano está em 5,7%.

O presidente observou, ainda, que o forte aumento dos investimentos por parte das empresas será outro fator que reduzirá a pressão sobre os preços no próximo ano. “Essa empresa só vai deixar de ser consumo quando começar a produzir e virar oferta”, ressaltou. “As empresas estão se modernizando e inovando em tecnologia e penso que vai haver um encontro com a verdade em 2009.”

O aumento dos investimentos é o principal fator da expansão superior a 60% das importações neste ano, sustentou o presidente. Segundo ele, 70% das compras externas do País são de máquinas e equipamentos destinados à elevação da capacidade de produção.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 90 bilhões em financiamento em 2008, disse Lula, o dobro da média de anos anteriores. O

presidente destacou investimentos nas áreas de cimento, siderurgia, metalurgia e refino.

Lula disse, ainda, que não é o real que se está valorizando ante o dólar, mas a moeda americana é que está “desmilingüindo” diante de todas as outras moedas. O presidente atribuiu o movimento a uma política deliberada do governo dos Estados Unidos para resolver seu duplo déficit fiscal e comercial.

Depois de defender a diversificação de mercados das exportações brasileiras, ele minimizou o impacto da valorização do real em relação ao dólar sobre a balança comercial.

MAIS EXPORTAÇÃO - Ao seu lado, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, disse que o governo acaba de aumentar a previsão de exportações deste ano de US\$ 180 bilhões para US\$ 190 bilhões, um indício de que as vendas continuam fortes apesar do fortalecimento da moeda brasileira. O presidente Lula fez ontem a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Vietnã, dentro do objetivo de ampliar as relações e o comércio com a Ásia. Hoje, o presidente estará no Timor Leste e, amanhã, na Indonésia.

Brasil defende segurança alimentar e nutricional em reunião da OEA – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2008

A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, defendeu a inclusão do tema segurança alimentar e nutricional na pauta das discussões da I Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social da Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual ela está participando, desde a última quarta-feira (09), no Chile. A iniciativa brasileira decorre da preocupação que a alta mundial dos preços dos alimentos possa vir a ter sobre a população mais vulnerável dos países membros da organização, que atualmente conta com 35 membros, sendo que um deles, Cuba, está suspenso desde 1962.

No encontro, que segue até esta quinta-feira (10), Arlete Sampaio apresentou o painel “*Pobreza e desigualdade: o rol das instituições de política social no fortalecimento da governabilidade democrática*”. Nele, a dirigente do MDS destacou a importância do direito constitucional do povo brasileiro à assistência social, a criação do Fome Zero como estratégia para combater as desigualdades sociais e os programas e ações sob a coordenação do MDS, como o Bolsa Família. “Acredito ser imprescindível a participação estatal na garantia dos direitos à cidadania e de igualdade de oportunidades”, defendeu Arlete recebendo apoio dos representantes do Canadá, Estados Unidos, Colômbia, Uruguai, Trinidad e Tobago e Barbados.

O Brasil foi convidado a ser comentarista do painel mexicano sobre “*Experiências interamericanas de cooperação em programas de transferências monetárias condicionadas*”. Arlete Sampaio discorreu sobre a prática bem sucedida de implementação do Bolsa Família e os desafios pelos quais o programa passa atualmente. “Agora estamos trabalhando na integração do Bolsa Família com outras políticas públicas e aperfeiçoando, a cada dia, o acompanhamento das condicionalidades”, disse. Questionada sobre o possível uso político indevido do programa, a secretária-executiva do MDS reafirmou que o Bolsa

Família é uma política de Estado e portanto, não cabe tratamento diferenciado por posição partidária. “A sociedade brasileira não admite tal prática e atua fortemente na fiscalização do programa”, enfatizou.

OEA - Fundada em Bogotá, Colômbia, em 1948, a Organização dos Estados Americanos tem sede em Washington D.C., nos Estados Unidos e o chileno José Miguel Insulza é o secretário-geral do organismo desde de 2005.

A OEA é o principal fórum multilateral da região para o fortalecimento da democracia, a promoção dos direitos humanos e a luta contra problemas compartilhados, como a pobreza, o terrorismo, as drogas e a corrupção. Fazem parte do organograma da OEA instituições como a Organização Pan-americana de Saúde (OPS), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. **André Carvalho*

Emergente lucra com aluguel de terras aráveis - Tom Wright, Mariam Fam e Patrick Barta - Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2008

Vários países emergentes estão tentando lucrar com a crise mundial de alimentos atraindo grandes importadores agrícolas para alugar suas terras aráveis - uma nova tendência que motiva reclamações de produtores em alguns países já preocupados com o seu próprio suprimento de comida.

O exemplo mais recente é um plano do governo indonésio para desenvolver uma área com o dobro do tamanho da Região Metropolitana de São Paulo na Ilha de Papua com culturas de arroz, cana-de-açúcar e soja. Defensores do projeto reuniram-se com investidores sauditas na esperança de receber centenas de milhões de dólares e, em troca, direcionar parte da colheita ao país deles.

A Arábia Saudita e outros países no Golfo estão vasculhando o mundo para investir em projetos agrícolas que lhes garantam fornecimento de produtos essenciais - como trigo, milho e arroz-, da mesma maneira que países como a China investiram bilhões para assegurar fornecimento estável de petróleo.

Há um grande risco nessa tendência. Países como a Indonésia vêm lidando com protestos internos por causa do aumento dos alimentos este ano. A idéia de atrair investimento em troca da exportação de produtos alimentícios politicamente delicados, como o arroz, pode provocar mais descontentamento e acusações de que países ricos estão sendo favorecidos às custas do mercado interno.

Isso se mostrou uma questão polêmica no ano passado, quando líderes filipinos anunciaram acordos agrícolas com investidores chineses, de cerca de US\$ 5 bilhões, para o cultivo de grãos como arroz, milho e sorgo. Nos últimos anos, lavradores filipinos têm lutado para sustentar suas famílias por causa de uma falta crônica de investimento na agricultura e não querem que chineses invistam em suas terras para exportar os alimentos.

Em carta à presidente Gloria Macapagal-Arroyo, eles pediram o bloqueio do acordo e os planos foram suspensos. Mas o governo espera enviar uma delegação à China para discutir mais possibilidades de investimento agrícola.

A questão fundamental é garantir que os investimentos estrangeiros atendam a população local. Os investidores chineses precisam desenvolver produção "não só para a

mesa dos chineses, mas também para a mesa dos filipinos", diz o senador Edgardo Angara, presidente do comitê de agricultura no Senado filipino.

Os sauditas também estão cientes da potencial reação política. Khalid Zainy, empresário saudita envolvido no esforço do seu país para buscar investimentos agrícolas, diz que acordos com governos estrangeiros provavelmente vão reservar parte da colheita para venda no mercado local. "Isso é para assegurar que os projetos não sejam interrompidos e que os países e as pessoas de lá não nos causem problemas", diz ele.

Muitos desses acordos devem ter resultado nos próximos anos. Investidores da China, que importa enorme quantidade de soja e óleo de palma, estão comprando áreas de terra cultivável na África e no Sudeste Asiático. A Coreia do Sul também considera investir num projeto agrícola de 270 mil hectares na Mongólia.

Mas até mesmo os países exportadores de alimentos que enfrentam a falta de terras agrícolas têm buscado investir no exterior para aumentar a produção. A Malásia, importante produtora de óleo de palma (também conhecido no Brasil como óleo de dendê), tem desenvolvido plantações na África e América Latina. Esta semana, a Felda, agência do governo malaio de desenvolvimento agrícola, anunciou que plantará 100 mil hectares de palma em Tefé, a 570 Km de Manaus, em sociedade com a Braspalma.

Com o aumento dos preços internacionais de alimentos, a conta que a Arábia Saudita paga para importá-los cresceu em média 19% ao ano nos últimos quatro anos, chegando a US\$ 12 bilhões em 2007, o que faz dela maior importadora de alimentos do Oriente Médio, segundo recente estudo do banco saudita SABB.

Autoridades sauditas estudam a criação de um veículo de investimento - uma parceria entre governo e setor privado - para procurar projetos agrícolas em países com grandes áreas de terra cultivável. Investidores sauditas também estão de olho em projetos agrícolas nas Filipinas, no Senegal e Sudão - alguns dos lugares onde a inflação dos alimentos tem causado problemas.

Defensores desses planos dizem que uma entrada de capital e conhecimento técnico em regiões africanas ou no Sudeste Asiático, onde a produtividade das terras é relativamente baixa, pode aumentar a produção e beneficiar toda a indústria agrícola local, além do que for exportado.

Abdul Rahim Hamdi, ex-ministro da Economia do Sudão e membro de um grupo governamental que promove investimentos no país, diz que a aposta de estrangeiros na agricultura cria empregos e reforça o suprimento interno de alimentos, mesmo se a maior parte da colheita for exportada. "No Sudão, não nos preocupa que esses projetos exportem as colheitas", diz ele. "Não acho que isso incomode as pessoas no país."

Mas, como mostra a experiência recente da Indonésia, exportar alimentos e ao mesmo tempo garantir que haja o suficiente para o mercado doméstico pode ser algo difícil de equilibrar.

Em maio, eclodiram na capital Jacarta protestos por causa do custo do óleo comestível. A Indonésia é a maior produtora mundial de óleo de palma, que pode ser usado para fabricar óleo de cozinha, mas as empresas preferem vender a maior parte da produção no exterior, onde os preços são melhores do que internamente. O governo reagiu aos protestos com a imposição de tarifas altas para a exportação do óleo.

Mesmo que a Indonésia e outros países consigam equilibrar a situação, levará anos e polpudos investimentos até que projetos em áreas remotas como Papua consigam decolar.

A província indonésia de Papua, na metade oeste da Ilha de Nova Guiné, tem o dobro do tamanho do Paraná e só 3 milhões de habitantes. É uma das regiões mais pobres do país, com poucas estradas e onde a maior parte do transporte é por barco ou avião.

No ano passado, o governo local de Merauke, um distrito pantanoso na costa sul de Papua, traçou um plano para transformar a área, de baixa população, num centro de produção de alimentos. Nos últimos anos, a Indonésia passou a ser um importador líquido de arroz como consequência do avanço da urbanização sobre terras cultiváveis de Java, a principal de suas 17.508 ilhas. As autoridades de Merauke esperavam cobrir a deficiência.

Com o aumento dos alimentos no começo deste ano, o Medco Group, conglomerado indonésio com operações em petróleo e gás, se ofereceu para apoiar financeiramente o plano de Merauke e ajudá-lo a encontrar investidores estrangeiros. Além de participar das plantações, a Medco também propôs a criação de instalações para produção de álcool combustível.

"Antevemos uma oportunidade de negócios relacionada à atual crise de alimentos e petróleo", diz Yani Panigoro, conselheiro da Medco Group.

Em abril, alguns dos principais executivos do grupo promoveram a idéia num encontro com o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Propuseram que o governo central, que tem a última palavra sobre o uso da terra, deveria alocar pelo menos 1 milhão de hectares de Merauke para a produção de cana, sorgo doce, arroz, soja e milho. Cerca de dois terços das colheitas iriam para a produção de álcool e o restante ficaria para alimentação. O governo de Merauke quer que o governo central permita o uso de 1,6 milhão de hectares.

Yudhoyono prometeu apresentar o plano para investidores estrangeiros. Ainda não há uma estimativa oficial de quanto dinheiro o plano vai precisar, mas com certeza vai ser um empreendimento enorme: estão na prancheta 2.200 Km de estradas, três portos, 400 Km de sistemas de irrigação e uma usina de energia elétrica de 500 megawatts.

No mês passado, uma delegação oficial da Indonésia teve reuniões no Oriente Médio com investidores sauditas, entre eles o empresário Khalid Zainy, um dos envolvidos nos esforços de seu país na busca de investimentos agrícolas. Zainy confirmou as conversas com os representantes indonésios, mas disse que falta finalizar um acordo com eles.

O Ministério da Agricultura da Indonésia estima que o projeto possa aumentar a produção interna de arroz em 6 milhões de toneladas por ano. (A previsão de produção total este ano é de 33 milhões de toneladas, totalmente para consumo interno.) No futuro, a demanda local de arroz será coberta antes de qualquer exportação, diz Hilman Manan, diretor geral da divisão de administração de terras e água do ministério. "A Indonésia tem de vir em primeiro lugar."

Há quem diga que esses planos podem prejudicar o meio ambiente, com a destruição de florestas naturais de eucalipto que cobrem muitas áreas de Merauke. Os pântanos da região também armazenam grande quantidade de dióxido de carbono; a drenagem para transformá-los em terra cultivável pode liberar enormes quantidades de dióxido de carbono, o gás responsável pelo aquecimento global.

Conseguir que os papuas concordem com o projeto também pode não ser fácil. A maioria deles ainda depende da floresta para caçar e tem direitos tribais de propriedade da terra que freqüentemente se sobrepõem às leis indonésias. A Medco propõe que o país siga políticas implementadas no Brasil, onde o arrendamento por longo período é reconhecido por lei e os proprietários se beneficiam de investimentos agrícolas por meio de acordos de divisão de lucros.

Rizal Ramli, ex-ministro da Economia da Indonésia, diz que cerca de 40% da população da província vive com menos de US\$ 14 por dia e, a menos que o plano para Papua melhore o padrão de vida local, provavelmente vai fracassar. "Como modelo de negócios, parece realista", diz Ramli. "Mas a questão é como os papuas serão beneficiados por esse investimento".(Colaborou Yuyu Yuniar, de Jacarta)

"Não peçam ao pobre para comer menos", diz Lula na Indonésia – Raul Lores – Folha de São Paulo – Brasil - 12/07/2008

Presidente afirma que países ricos querem responsabilizar emergentes pela alta no preço dos alimentos e do petróleo - Lula diz que ricos não querem discutir crise imobiliária dos EUA e prejuízos dos bancos europeus e que resposta à inflação pode sair em Doha

"Não peçam aos pobres do mundo para comer menos", discursou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem em sua visita à Indonésia. Foi uma de suas várias críticas aos países ricos, que, segundo ele, querem culpar os emergentes pela inflação nos preços dos alimentos e do petróleo. Ao comentar sua participação na reunião do G8 no Japão, Lula disse que os ricos não querem "discutir a crise imobiliária dos Estados Unidos ou os prejuízos dos bancos europeus e procuram jogar a culpa nos países em desenvolvimento".

Lula pediu uma urgente discussão com números e base científica sobre qual é a "verdadeira incidência" do preço do petróleo no preço dos alimentos do mundo. "Ninguém fala sobre a especulação, sobretudo nas Bolsas de futuros, e culpam a China por consumir. Não é o etanol que é responsável pela alta do preço do petróleo."

Para o presidente, uma boa resposta à crise alimentar pode sair nas discussões na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. "Um bom acordo na Rodada Doha, que abrisse o mercado da Europa e diminuísse os subsídios americanos, incentivaria a produção de alimentos. Graças a Deus temos terra, sol, água e tecnologia para produzir mais."

Brasil e Indonésia assinaram acordos de cooperação em biocombustíveis. Em entrevista no palácio presidencial de Jacarta, Lula desviou da pergunta sobre a defesa do etanol na Indonésia -que produz o combustível a partir da palma e onde as florestas tropicais são devastadas em ritmo maior que o da Amazônia. "Cada país sabe exatamente como plantar", disse. "Ninguém tem mais interesse em preservar as florestas que nós mesmos", afirmou.

Lula contemporizou a defesa das florestas. "Se um dia houver equilíbrio no padrão de consumo da humanidade, seremos menos culpados pelos estragos que já fizemos ao planeta.". Em resposta a um jornalista local, Lula afirmou que o Brasil é "sui generis", que "não tem, nem terá crise energética a curto prazo". O presidente disse que 85% da energia elétrica no país é renovável e limpa, que 87% dos carros produzidos no país são flexíveis e que o etanol emite menos gases.

Comércio e muros - Como no Vietnã, o presidente repetiu várias vezes que há uma crise nos países ricos e o quão importante é o comércio Sul-Sul "contra a lógica

ultrapassada de dependência das economias do Norte". Mas a relação comercial entre os dois países ainda é bem pequena. A soma de exportações e importações entre eles é de US\$ 1,5 bilhão (o equivalente a 0,5% do comércio exterior brasileiro). A Indonésia é o quarto país mais populoso do mundo, com 237 milhões de habitantes, mas seu PIB é de apenas US\$ 437 bilhões -menos que a metade da economia do México.

Questionado sobre o apoio da Indonésia à pretensão brasileira de assumir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, algo que a diplomacia brasileira repete em cada visita, o presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, disse que concordava que o conselho deveria ser reformulado. Ele afirmou que o Brasil tem as condições para ser novo membro, mas aproveitou para lançar a candidatura da própria Indonésia, "como o país muçulmano mais populoso do mundo".

Alta dos alimentos compromete ainda mais o orçamento – Folha de São Paulo – Dinheiro - 12/07/2008

Refeições na Baixada Fluminense deixam de contar com carne, e famílias economizam cortando até a compra de gás - Renda das famílias se apóia na aposentadoria dos mais velhos; esperança vem com os mais jovens, na escola ou no alistamento militar

Para as mulheres que vivem no bairro pobre e quase rural de Marapicu, em Nova Iguaçu, o principal problema atualmente é a persistente alta dos preços dos alimentos, que as obriga a cortar as quantidades adquiridas e compromete o consumo.

"Comprava de 15 kg a 20 kg de arroz e 10 kg de feijão. Agora, só dá para levar 10 kg de arroz e, no máximo, 5 kg de feijão. Tive de cortar outras coisas", diz Luiza dos Santos Silva. Ela relata que frequentemente as refeições não contam com carne à mesa. "Só deu para comer bem quando matamos um porco no Natal passado." O bicho também era criado "à meia" com o vizinho.

Elisabeth Conceição Ferreira, 40, conta que o preço da comida aumentou tanto que falta dinheiro para o gás: "Daí, corro para a lenha [num fogão improvisado com tijolos e uma grade de metal], fazer o quê?"

No acumulado deste ano até maio, o arroz e o feijão-preto (mais consumido no Rio), itens de primeiríssima necessidade, subiram 25,75% e 46,68%, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE. E empurraram os alimentos para cima -alta de 6,40% de janeiro a maio.

José Faustino reclama que poderia "comer melhor" se o terreno no fundo da casa não estivesse encharcado pela língua negra que também atravessa o quintal de Luiza. "Fica imprestável. Não dá para plantar nada", diz Faustino, que mora com a mulher e os dois filhos.

Mais sorte - Nesse aspecto, André Henrique Oliveira, 33, casado com Elisabeth, tem um pouco mais de sorte. No terreno mais seco e maior, cultiva pés de frutas, cana e planta eventualmente verduras. Na pequena casa de madeira, vivem com os três filhos.

Ele construía uma casa melhor, de alvenaria, mas ficou desempregado. Teve de parar a obra. A moradia ficou sem telhado. "Há sete meses, perdi o emprego. Trabalhava sem carteira numa construção, em obra grande, mas, pelo menos, tinha um dinheiro certo." Ganhava salário mínimo.

Agora, consegue apenas, no máximo, R\$ 400 com os bicos. O que ajuda é a renda da mulher, Elisabeth, que recebe R\$ 300 para cuidar de uma criança.

Nesse cenário de pobreza crônica, a esperança muitas vezes reside nos filhos -todos os entrevistados estavam no colégio- e nos mais velhos. José Francisco de Souza Cardoso, 40, recorre ao pai aposentado: "Ajudo quando posso porque também ganho pouco, um salário mínimo só. É pouco, mas é certo", afirma Sebastião Cardoso, 68.

Já a mulher de José Francisco, Luciana de Souza Andrade, 39, aguarda com ansiedade a ida do filho Thiago, 17, para o Exército. Ela espera o soldo para reforçar o modesto orçamento da família.

Lula defende na Ásia produção de etanol - Chico de Gois – O Globo – Economia – 13/07/2008

JAKARTA (Indonésia). Na última etapa de sua visita à Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na Indonésia, que as nações ricas querem jogar a culpa nos países emergentes pela alta dos preços dos alimentos no mundo.

— Não são os biocombustíveis ou o etanol os responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos — disse Lula. — Os países ricos não querem discutir a crise americana nem os prejuízos dos bancos europeus, e tentam jogar a culpa em cima dos países em desenvolvimento.

Para Lula, redução do custo de alimento passa pela OMC. Como o Brasil, a Indonésia é um grande produtor de etanol.

Para obter o produto, o país utiliza, sobretudo, a palma e está entre as nações criticadas pela comunidade internacional por, supostamente, derrubar as florestas para produzir combustíveis.

Brasil e Indonésia assinaram ontem um protocolo de intenções de cooperação técnica para biocombustíveis.

Lula defendeu um acordo na Rodada de Doha, que está sendo negociado pelos países associados à Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma das possibilidades para reduzir o custo dos alimentos: — As pessoas vão descobrir que um bom acordo da Rodada de Doha pode resolver o problema da produção de alimentos com incentivo para os países em desenvolvimento produzirem mais. A única coisa que não podemos aceitar é pedir para os pobres não comerem. Peçamos para produzir mais, porque temos competência para isso.

Ao lado do presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, Lula voltou a dizer que os países ricos não podem dar palpite sobre os destinos das florestas tropicais. Como no Brasil, a Indonésia ainda tem uma grande área verde.

— Ninguém quer mais preservar nossas florestas do que nós. Os países que produzem mais precisam discutir como reduzir a emissão de gases.

Perto da eleição, reajuste na merenda escolar - Eliane Oliveira e Demétrio Weber – O Globo – O País – 14/07/2008

BRASÍLIA. A três meses das eleições municipais, o governo federal, que acaba de aumentar em 8% o benefício do Bolsa Família, estuda um reajuste no Programa de Alimentação Escolar. O motivo alegado é a inflação dos alimentos que, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), tem impacto direto no custo das refeições distribuídas nas escolas públicas.

A proposta foi enviada à Presidência da República pelo Consea e está sendo analisada pelo Ministério da Educação.

Segundo o presidente do Consea, Renato Maluf, trata-se do maior programa de alimentação escolar gratuita do mundo, com 36 milhões de refeições diárias, e muitos dos beneficiados só se alimentam uma vez por dia, na escola.

— Se não houver reajuste, o que pode acontecer é os gestores municipais passarem a oferecer alimentação de menor qualidade nutricional. A atualização do valor é importante. É preciso que governos estaduais e municipais façam o mesmo — disse. Maluf explicou que o governo enviou ao Congresso projeto de lei reestruturando o programa. O texto foi elaborado com a participação de vários setores, e mandado ao Legislativo em regime de urgência.

Último reajuste ocorreu há três anos. A idéia, disse, é flexibilizar cardápios, respeitando aspectos e costumes regionais, e obrigar os municípios a adquirir 30% da agricultura local.

— Consideramos a alimentação escolar um direito, e não uma dádiva, e isto está claro no projeto.

A sociedade tem se mobilizado para que a Câmara faça uma apreciação no mais breve período possível — disse Maluf.

Junto com os aumentos sucessivos da cotação do barril de petróleo no mercado internacional, a alta dos preços dos alimentos no mundo é hoje a grande vilã da inflação.

Para especialistas do governo, do setor privado e de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), os maiores prejudicados são os consumidores de baixa renda.

Essa explicação tende ser usada pelo governo, mais uma vez, como argumento para dissipar interpretações relacionadas ao manejo de políticas públicas sociais com razões eleitoreiras.

Críticas do gênero foram feitas ao presidente Luiz Inácio Lula da Lula, quando o Bolsa Família foi reajustado há cerca de um mês.

O Ministério da Educação informou que recebeu a proposta de reajuste do valor repassado para a merenda. Renato Maluf esteve com Daniel Balaban, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pela transferência de recursos da merenda. Segundo o ministério, não há estudo conclusivo sobre o assunto. Em 2008, o governo federal prevê repassar R\$ 1,6 bilhão a estados e municípios, que também devem investir na alimentação dos estudantes.

O último reajuste do valor da merenda foi há três anos. Hoje cada aluno de creche, pré-escola e ensino fundamental dá direito a R\$ 0,22 de transferência por dia letivo. Nas escolas indígenas e em comunidades quilombolas, o valor é o dobro: R\$ 0,44. O programa do FNDE beneficia 34,7 milhões de crianças e jovens.

Quem prefere comprar soja e milho de origem convencional começa a encontrar dificuldade - Ágio para ração elaborada sem grãos geneticamente modificados chega a 16%, aponta especialista; cresce defesa da tecnologia

As safras geneticamente modificadas (GM) são cultivadas de forma tão extensa no mundo, hoje, para uso como ração animal e como ingredientes de alimentos industrializados, que os importadores de ração da Europa e da Ásia estão encontrando dificuldades para atender clientes que procuram por soja ou milho não-GM. "É preciso pagar um ágio de 10% a 16% pelo milho não-GM. Isso se você o encontrar", disse Ross Korves, um renomado economista agrícola dos EUA.

À medida que disparam os preços dos alimentos e a escassez de alguns deles se agrava, safras geneticamente modificadas parecem cada vez mais tentadoras como forma de elevar a produtividade da agricultura sem usar mais energia ou produtos químicos. Mesmo na Europa, onde as safras GM enfrentam a mais forte resistência, há mais políticos, especialistas e líderes agrícolas saindo em sua defesa. Sir David King, ex-cientista chefe do governo britânico, é uma das pessoas que dizem que as safras GM são a única tecnologia disponível para resolver a crise nos preços mundiais dos alimentos.

A declaração do G8 -grupo que reúne os países mais industrializados- a respeito da segurança alimentar na cúpula recentemente realizada no Japão reconhecia o potencial das safras GM, com o compromisso de "promover análise de risco, com base científica, inclusive quanto à contribuição de variedades de sementes desenvolvidas por meio de biotecnologia".

Mas muitos grupos ambientalistas e de defesa do consumidor continuam opostos ao que muita gente define como "comida Frankenstein", alegando que as safras representam risco para a saúde e para o ambiente. Os críticos dizem que os alimentos GM não foram testados devidamente em animais, antes de serem colocados em uso, em 1996. Alguns dos poucos testes conduzidos apresentaram resultados preocupantes, como toxicidade hepática e renal. Os defensores dos alimentos GM rebatem alegando que quaisquer efeitos de saúde se teriam tornado claros após uma década de uso por milhões de pessoas.

Quanto ao ambiente, os oponentes dizem que as safras GM reduzem a biodiversidade e ameaçam as plantas e os animais silvestres. Os defensores dizem que os benefícios ambientais propiciados, como a redução no uso de pesticidas, compensam efeitos adversos.

Na América e em certas regiões da Ásia, a área plantada com safras GM vem crescendo rapidamente nos últimos anos. Segundo o ISAAA (sigla em inglês para Serviço Internacional de Aquisição de Aplicações Agrícolas de Biotecnologia), organização sediada nos EUA que monitora o uso mundial de safras GM, a área cultivada mundial cresceu 12%, para 114 milhões de hectares, em 2007.

Clive James, presidente da ISAAA, prevê que o cultivo de safras GM mais que duplicará nos próximos oito anos e cobrirá 20% das terras aráveis mundiais. Ele detecta uma grande reversão de tendência. "A tendência vem sendo propelida por duas preocupações", diz. "Uma é a disparada nos preços das commodities agrícolas e a segunda

é o avanço no conhecimento do que a biotecnologia vegetal pode fazer para mitigar o aquecimento global."

Virtualmente todo cultivo realizado até agora envolve apenas quatro safras: soja, milho, algodão e canola, e dois traços: resistência a herbicidas e a pestes. Os oponentes das safras GM apontam que essa primeira geração de biotecnologia não propicia aumento de safras de forma direta. Cultivadas em perfeitas condições, essas variedades não se saem melhor do que as versões comuns das plantas, sem genes adicionais. Em lugar disso, o ponto é ajudar os agricultores a enfrentar insetos e plantas invasoras.

Herbicidas e insetos - A tolerância a herbicidas continua a dominar o mercado de safras GM. A maior marca é a Roundup Ready, da Monsanto. As sementes permitem que agricultores eliminem as invasoras borrifando a plantação com Roundup, um herbicida agrícola barato.

O segundo traço em uso generalizado é a resistência a insetos. Um gene de um micróbio chamado *Bacillus thuringiensis* (Bt) é transferido para a planta, que produz uma toxina capaz de matar pestes vorazes. Estudo divulgado pela PG Economics, uma consultoria agrícola britânica, concluiu que "a comercialização de safras biotecnológicas resultou em significativos benefícios econômicos e ambientais em todo o mundo e vem realizando contribuições importantes para a segurança alimentar mundial".

Graham Brookes, co-autor do estudo, afirma que, "desde 1996, a adoção de safras biotecnológicas contribuiu para reduzir a liberação de emissões do efeito estufa na agricultura e o uso de pesticidas e propiciou renda substancialmente mais alta aos agricultores". Os benefícios econômicos líquidos às fazendas equivalem a US\$ 33,8 bilhões em 11 anos, divididos mais ou menos igualmente entre elevação no volume das safras e redução no custo dos insumos de produção.

A despeito da oposição política e ambiental, a Europa não é um continente inteiramente livre de safras GM. O milho Bt, única safra GM dotada de licença comercial na União Européia, é cultivado na Espanha (cerca de 75 mil hectares) e em escala menor na Alemanha, na Eslováquia, na França, em Portugal, na República Tcheca e na Romênia. A área plantada com safras GM na Europa equivale a apenas 0,1% do total mundial.

Muitos agricultores europeus estão zangados por não poderem aproveitar os benefícios de safras GM, ao contrário de seus colegas norte-americanos, diz Mick Willoughby, agricultor em Yorkshire e vice-presidente para a Europa da britânica Country Land and Business Association. "Até onde sei, a vasta maioria dos agricultores europeus é a favor das safras GM", ele diz. "É mais dispendioso alimentar rebanhos [na Europa do que nos EUA], porque os regulamentos da União Européia significam ausência de safras GM."

Nova geração mira resistir a seca e a frio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 15/07/2008

Embora as safras GM atuais tenham sido desenvolvidas para resistir ao que os cientistas designam como pestes "de desgaste biótico", a segunda geração, hoje em desenvolvimento, vai se concentrar no "desgaste abiótico". Isso abarca fatores não biológicos, tais como seca e inundações, calor e frio, salinidade e acidez. O maior esforço seria criar plantas capazes de usar água de maneira mais eficiente.

"O desgaste abiótico reduz o rendimento de algumas grandes safras em entre 65% e 80%", diz Michael Metzloff, diretor de produtividade de safras da Bayer, na Alemanha. As experiências de sua empresa demonstram que a tecnologia de "silenciamento de genes" pode reduzir a produção de uma importante enzima chamada Parp, que controla a resposta das plantas. Como resultado, as plantas crescem melhor sob condições adversas.

Empresas planejam lançar variedades de milho resistentes a enchentes entre 2012 e 2015.

Água - Chris Zinselmeyer, diretor de pesquisa na Syngenta, da Suíça, diz que o objetivo é produzir uma variedade com rendimento superior ao do milho comum, nos anos de seca, mas "sem prejudicar o rendimento nos anos em que a água for abundante".

Além da resistência à seca, o setor está trabalhando em outros traços. Um produto, o Corn Amylase da Syngenta, demonstra como safras GM poderiam ajudar o setor de biocombustíveis. Trata-se de milho geneticamente modificado para produzir nível elevado de uma enzima chamada alfa-amilase, ingrediente crucial para a produção do bioetanol.

John Atkin, diretor de proteção a safras da Syngenta, afirma que o Corn Amylase aumentará a eficiência na produção entre 5% e 10%.

Enquanto isso, a Monsanto trabalha para adicionar genes que permitiriam que safras usem nitrogênio de maneira mais eficiente. Fertilizantes de nitrogênio representam um dos insumos mais dispendiosos na agricultura: apenas nos EUA, os agricultores gastam mais de US\$ 3 bilhões ao ano aplicando fertilizantes em campos de milho. Pelo menos metade do nitrogênio é desperdiçado porque a safra não o absorve. *Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Programa de Garantia de Preços inclui quatro novas culturas – Sítio Eletrônico do MDA – 15/07/2008

Agricultores familiares que realizaram financiamentos de custeio no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para as culturas de trigo, mamona, pimenta-do-reino e cebola contarão com preço de garantia para estas culturas, a partir de janeiro de 2009, dentro do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Estas culturas, assim como as já incluídas, arroz, feijão, milho, mandioca, soja, café, tomate, inhame, cará, castanha de caju e atividade leiteira passarão a contar com desconto, bônus, sempre que o preço médio do produto financiado recebido pelos agricultores, na respectiva Unidade da Federação, estiver abaixo do preço de garantia definido para o período.

Segundo o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, a inclusão de novas culturas cobertas pelo PGPAF é resultado do trabalho conjunto entre a SAF/MDA, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério da Fazenda. A ação tem como objetivo contribuir com o aumento da produção de alimentos. “A inclusão da pimenta-do-reino, por exemplo, contribui com a valorização da diversidade produtiva de uma cultura com forte presença no Norte do País”, avalia Guadagnin. Para o coordenador do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Arnoldo de Campos, a inclusão da mamona no PGPAF faz parte de mais um ‘passo’ para a estruturação da cadeia produtiva do biodiesel na agricultura familiar, consolidando esta cultura no sistema de financiamento.

Preços de garantia

Produtos Trigo(t) Cebola (Kg) Pimenta do reino Mamona (60Kg)

Preços de garantia do PGPAF para a safra 2007/08	Estados integrantes da região para o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar PGPAF
R\$ 480,00	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA
R\$ 0,60	Brasil
R\$ 2,11	Brasil
R\$ 38,59	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP

O Programa - O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento, quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção. Atualmente, são amparadas pelo programa as culturas de arroz, milho, soja, feijão, mandioca, atividade leiteira, café, caju, inhame, cará, tomate, mamona, trigo, pimenta-do-reino, cebola. O bônus é calculado mensalmente pela Conab, que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Transnacionais ganham com a crise dos alimentos – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/2008

A especulação financeira e o controle da agricultura por grandes empresas transnacionais são os responsáveis pelos altos preços dos alimentos em todo mundo. A afirmação é do jornalista argentino Carlos Vicente, editor da revista Biodiversidade, distribuída em toda a América Latina.

Em entrevista à Rádio Mundo Real, Carlos afirmou que "Basicamente, a denúncia que muitas organizações vem fazendo é que esta uma crise especulativa, não por falta de alimentos ou por razões naturais. Nestes dias, temos a informação de um aumento de 50% do lucro da Monsanto em relação ao ano passado. E isso é um reflexo do que ocorre em todo o mundo com todas as grandes corporações. Seqüestraram nossa alimentação, seqüestraram nossa agricultura. Fazem grandes negócios às custas da fome de muitos. A FAO fala de 100 milhões de famintos nos próximos anos e fala assim alegremente como se 100 milhões de pessoas fossem um número e nada mais", afirma o jornalista.

Um relatório do Banco Mundial divulgado pelo jornal inglês The Guardian revela que os fatores climáticos são responsáveis por apenas 10% da alta dos preços. Os números contradizem os argumentos do governo dos Estados Unidos de que os agrocombustíveis contribuem com menos de 3% da alta dos preços dos alimentos. Segundo o Banco Mundial, o plantio para agrocombustíveis e o preço do petróleo e dos insumos químicos respondem por mais de 90% na alta dos preços dos alimentos.

Benefícios assistenciais: é indispensável o reajuste - Lena Lavinas – Valor Econômico – Opinião - 15/07/2008

Os benefícios assistenciais, cujo valor não é vinculado ao salário mínimo - caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - carecem de uma regra que venha manter o seu poder de compra. Sem essa regra, qualquer reajuste do valor dos benefícios pagos no âmbito do programa Bolsa Família parece "manobra eleitoreira", quando na verdade

expressa falhas na gestão do programa. Esse reajuste já deveria ter se tornado norma, se o que se pretende é que a política assistencial mantenha grau de efetividade elevada.

Exemplos não faltam sobre métodos de reajustes dos benefícios assistenciais e das linhas de pobreza adotados em países onde a política social é elemento indispensável na promoção do bem-estar e alívio da pobreza. Nos EUA, onde a política social é residual, há uma regulamentação específica que garante o reajuste anual do Food Stamps e de outros programas de transferência de renda para pobres. A lei estabelece que seja utilizado o deflator implícito do PIB a cada ano fiscal para corrigir o valor do benefício. A linha de pobreza americana também tem seu valor monetário corrigido anualmente.

A União Européia não foge à regra. Foi adotada, em cada país, uma linha de pobreza relativa - 50% ou 60% da renda mediana registrada em determinado ano. Sua atualização se faz replicando-se a mesma estimativa a cada ano subsequente ou ajustando-se o valor da linha de pobreza do ano-referência ao índice de preços ao consumidor acumulado no período. Sem isso, haveria uma queda artificial da pobreza, por se tomar como referência um valor nominal. Em Luxemburgo, os benefícios previdenciários e assistenciais são reajustados quando o índice de preços ao consumidor ultrapassa o teto de 2,5%. Na maioria dos países, o reajuste anual se faz com base no índice de preços ao consumidor. Já na Inglaterra, as transferências de renda compensatórias, sujeitas à comprovação de insuficiência de renda, são ajustadas no mês de outubro pelo índice de Rossi registrado em setembro, índice que exclui os custos com moradia e aluguéis, uma vez que faz parte da política social inglesa prover auxílio-moradia na forma de benefício monetário a quem necessita. Trata-se, portanto, de um índice de preços específico para cálculo do ajuste dos benefícios assistenciais. A Holanda, por sua vez, é um dos raros países a adotar o valor da variação do salário mínimo líquido como regra de reajuste.

Portanto, fazer política social, sobretudo quando a meta é atenuar a pobreza, implica aplicar regras que não marginalizem ainda mais os que já vivem à margem. Senão, acaba funcionando uma espécie de dupla focalização perversa, que se auto-anula. Os ingleses reajustaram em 3,9% vários benefícios assistenciais e universais, em outubro de 2007. Não há registro de que isso tenha contribuído para elevar a inflação no Reino Unido. A inflação naquele ano e também em 2006, medida pelo índice de preços ao consumidor, foi de 2,3%. As metas de inflação foram estouradas neste ano e nem por isso essa regra de reajuste foi questionada.

Não é propriamente eleitoreiro reconhecer que a inflação pode agravar um quadro de insegurança para milhões de pessoas

No caso do Brasil, a grita generalizada estampada nas manchetes dos jornais após o governo ter compensado parcialmente a perda do poder de compra dos reconhecidamente pobres só faz revelar nosso amadorismo em matéria de política social.

A compensação parcial se explica porque o reajuste recente no valor dos benefícios do Bolsa Família não recupera o que foi corroído pela inflação, em todas as faixas (básicas e variáveis), desde o primeiro dia do governo Lula. Há que recordar que ao lançar o Fome Zero, substituído em outubro de 2003 pela MP do Bolsa Família na centralidade da política de assistência, a meta nunca foi reduzir a pobreza, senão melhorar o grau de acessibilidade alimentar da população mais pobre. Logo, há que ser conseqüente com os propósitos do programa.

Os benefícios do Bolsa Família, cujo valor inicial era de R\$ 15,00 e R\$ 45,00, sofreram um reajuste de 33,33% muito próximo da inflação apurada pelo INPC de alimentos no período janeiro de 2003 a maio de 2008, de 35,52%. Outras faixas, no entanto, não foram igualmente contempladas e receberam reajustes menores, posto que a atualização não foi linear. É o caso do benefício de R\$ 65,00, que passou para R\$ 82,00, com correção de 26,15%; e o de R\$ 95,00, hoje fixado em R\$ 122,00, com recuperação de 28,22% do poder de compra. Na verdade, algumas famílias adentraram por novas faixas de benefícios, mais altos, por ter sido instituído a bolsa variável vinculada ao adolescente, o que significa melhora absoluta. Na prática, o governo gasta menos do que deveria, se isso é um consolo quando se trata de garantir a dignidade daqueles para quem dois ou três reais em um mês fazem diferença.

Desde sua criação, em 2003, o Bolsa Família só ajustou uma vez o valor da linha de indigência e de pobreza. Uma e outra, respectivamente, passaram de R\$ 50,00 e R\$ 100,00, para R\$ 60,00 e R\$ 120,00 em 2006. Esses valores estão defasados e deveriam valer em maio de 2008, se ajustados pelo INPC de alimentos, R\$ 68,00 e R\$ 135,00 respectivamente. Isso contribui para restringir a cobertura (número de beneficiários potencial) e, por conseguinte, também para economizar pelo lado dos gastos do governo.

Não é propriamente eleitoreiro reconhecer que a inflação concentrada nos alimentos de tão alta pode agravar rapidamente um quadro de insegurança alimentar latente para milhões de pessoas. Os dados recém-divulgados pelo Dieese sobre a inflação acima de 50%, em 12 meses, dos produtos da cesta básica, mostra que a medida foi correta. É fundamental prevenir riscos maiores e mais graves. Trata-se de uma posição sensata quando se tem em mãos a institucionalidade forte de um programa de alcance nacional, com grande capilaridade. Porém, para não virar alvo da "oposição eleitoreira", o governo deveria dar provas de compromisso com a eficácia de sua própria intervenção e instituir uma regra para o reajuste da linha de pobreza e dos benefícios assistenciais. Poder-se-ia utilizar como referência para esses reajustes o INPC de alimentos no acumulado de 12 meses, agregando metade do valor da inflação acumulada pelos preços administrados registrado em igual período. Porém, nem o IPCA, nem o INPC, considera famílias cujos rendimentos são inferiores a um salário mínimo. Embora o mais adequado seja construir um índice específico, o risco é que ele jamais saia do papel, como já aconteceu outras vezes. Perder mais tempo só geraria mais perdas para os mais pobres e mau uso político.

***Lena Lavinás é professora associada do Instituto de Economia da UFRJ.**

"Garapa" – José Padilha e Francisco Menezes – Folha de São Paulo – Opinião - 16/07/2008

FOI SURPREENDENTE constatar que o novo filme de José Padilha foi objeto de crítica preventiva antes de ser lançado nos cinemas e, dessa vez, sem nem ao menos ter sido alvo de pirataria! Em artigo publicado em "O Globo", Ali Kamel escreveu: "Se, em seu novo filme, Padilha usar três famílias que passam fome como exemplo de 11 milhões, terá sido induzido a erro pela leitura equivocada de uma pesquisa. Se não fizer as ressalvas, o filme não será a sua volta ao documentário, mas a sua permanência na ficção". O filme, que o jornalista não viu, se chama "Garapa". A pesquisa a que ele se refere foi feita pelo Ibase. Ambos tem o objetivo de apoiar a luta contra a fome no Brasil.

"Garapa" documenta o dia-a-dia de três famílias brasileiras que sofrem de desnutrição. A idéia é mostrar como essas famílias lidam com a falta recorrente de alimentos. Sendo esse o objetivo do filme, é claro que o caráter documental não depende da quantidade de famílias desnutridas no Brasil.

Mas vamos supor que "Garapa" afirmasse que, segundo o Ibase, "x" milhões de famílias vivem em condições semelhantes às famílias que documentou. Se "x" fosse diferente do número de famílias que vivem nessas condições, "Garapa" se tornaria uma ficção? Certamente que não. Infelizmente, os adultos e as crianças documentadas, bem como o seu sofrimento, continuariam sendo reais.

No debate sobre a fome, muitas vezes o teor dramático da realidade que está sendo debatida se perde perante o caráter metodológico e estatístico dos argumentos apresentados. Como disse Stálin: "A morte de um indivíduo é uma tragédia, a morte de milhares é uma estatística".

A idéia de que, diante de considerações metodológicas, a tragédia de três famílias brasileiras pode ser relegada à categoria de ficção confirma a frase de Stálin e comprova a necessidade de documentários como "Garapa".

Quanto ao programa Bolsa Família, há quem pense que sua abrangência ótima seja função do número de brasileiros que sofrem de desnutrição. A idéia seria restringir o programa a essas pessoas e aumentar o valor recebido por elas. Ora, mas, nesse caso, o que aconteceria com as famílias excluídas do programa? Quantas se tornariam desnutridas novamente?

À luz dessas perguntas, fica claro que o relevante para quem discute a abrangência do Bolsa Família não é o número de desnutridos que existe no Brasil hoje, mas o número de desnutridos que existiria para diferentes cenários de abrangência e de valores de contribuição família/mês.

A obtenção desses dados é complexa e não se restringe à medição do peso e da altura da população. Os especialistas mais renomados na área tentam mensurar isso a partir de avaliações sobre a renda das famílias, de questionários sobre o consumo de alimentos e sobre a percepção das famílias com relação à sua própria insegurança alimentar. Poucos especialistas no mundo discordam desse tipo de avaliação, utilizada pela ONU, pelo governo americano e pelo IBGE. É importante conhecer o número de desnutridos no Brasil. Mas não para definir a abrangência do Bolsa Família, e sim para determinar quantos brasileiros precisam de diferentes políticas de segurança alimentar, além do Bolsa Família.

Porém, quem pensa que a fome pode ser identificada só pela medição de peso e altura pode estar incorrendo em erro. Josué de Castro, dentro da contribuição que deu para o combate à fome, alertava para a chamada "fome oculta", em que o indivíduo pode apresentar sobrepeso apesar de estar carente de nutrientes essenciais.

Esse é um fenômeno cada vez mais frequente entre os pobres, pois os alimentos mais calóricos são os de menor preço. "Garapa" mostra isso. Não dispendo de comida, famílias se alimentam de açúcar.

Nesse sentido, a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, de 2002-2003, revelou que, nos domicílios pesquisados com rendimento de até um salário mínimo por pessoa, mais da metade do consumo calórico era de açúcar. É verdade que a POF não detectou em nenhum estrato da população dietas à base de garapa. Mais isso não é de estranhar, uma vez que o IBGE não criou a categoria "garapa" ao consolidar os dados.

O Bolsa Família é um programa de simples execução e de retorno humanitário rápido. Quem defende a alocação de parte dos seus recursos em educação precisa especificar um projeto educacional e demonstrar que tanto o projeto quanto seu executor serão eficientes a ponto de compensar rapidamente a perda de receita de quem ficou de fora do programa. E precisa detalhar o impacto que essa perda terá na vida dos excluídos. Afinal, reduzir a abrangência do Bolsa Família é fazer um corte significativo no orçamento de pessoas que vivem com muito pouco em um país que sempre transferiu renda dos mais pobres para os mais ricos.

Não se deve fazer uma proposta dessas de maneira vaga, como se o simples uso da palavra educação resolvesse tudo. Investimentos em educação são necessários, mas apenas se forem feitos de forma planejada, responsável e respeitando os direitos humanos.

**JOSÉ PADILHA, 40, cineasta, é diretor dos filmes "Ônibus 174", "Tropa de Elite" e "Garapa". FRANCISCO MENEZES é diretor do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ONG criada pelo Betinho) e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.*

Alimentos pressionam, e IGP-10 vai a 2% em julho – Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/07/2008

O IGP-10 (Índice Geral de Preços - 10) subiu 2% em julho, acima da variação apurada em junho (1,96%), segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Mais uma vez, a persistente alta dos alimentos no atacado foi o principal fator que determinou a alta da inflação.

Diante de aumentos nos preços de soja, milho, bovinos, carnes e aço, o IPA (Índice de Preços por Atacado) registrou alta de 2,54% em julho. Em junho, a variação havia sido menor: 2,21%. O subgrupo dos produtos agrícolas avançou com força em razão desses reajustes. Subiu 4,66% em julho, mais do que os 2,62% de junho.

De acordo com a FGV, os preços no atacado só não pressionaram mais por causa da desaceleração dos alimentos "in natura" -de 8,03% no mês passado para 1,11% em julho.

Apesar da forte alta do aço, os produtos industriais cederam neste mês e registraram variação positiva de 1,71%. Em junho, o subgrupo havia subido 2,06%. Contribuiu para a desaceleração a queda dos aparelhos de telefone celular - -4,66% em julho.

No varejo, os preços também cederam, puxados para baixo principalmente pela retração dos produtos "in natura". O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) teve alta de 0,65% em julho. Em junho, a variação havia sido de 0,93%.

Dentre os alimentos, os destaques de queda foram mamão papaya (-14,85%), alface (-7,97%), vagem (-9,02%) e banana-prata (-4,71%). A redução de 0,40% na tarifa de energia também ajudou a conter a inflação apurada no varejo, de acordo com a FGV.

Sem grandes pressões de reajustes salariais, o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) também desacelerou. Passou de 2,66% em junho para 1,50% em julho. Os materiais e serviços subiram 1,59% em julho, pouco acima da variação do custo da mão-de-obra (1,40%).

O futuro da produção de alimentos – Edmundo Klotz – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/07/2008

A produção industrial de alimentos no Brasil cresceu 4,55% nos últimos 12 meses encerrados em maio e as vendas reais subiram 2,58% em maio, na mesma comparação. A tendência é a de o setor fechar o ano com as vendas reais e a produção física com desempenho equilibrado nas duas contas, em torno de 4,5% acima do ocorrido em 2007. Esses números talvez já sejam suficientes para demonstrar que não houve descompasso entre a oferta e a demanda, e também que não houve uma aceleração dos preços em razão da falta de produtos ao consumidor. A inflação tem outras causas.

A indústria de alimentos instalada no País traçou o cenário e fez o dever de casa. Investiu R\$ 104,8 bilhões em dez anos (incluindo as estimativas para 2008), ampliando a base de produção, tanto que não houve estrangulamento da capacidade instalada. Ao contrário, a ocupação de sua planta industrial foi menor no período até maio de 2008, 71,76%, do que em 2007, quando chegou à média de 75,3% no ano. Havia e há espaço para ampliar a oferta, embora isso não signifique uma queda automática dos preços, já que a inflação vem de fora, da alta do petróleo, do aumento dos tributos, das commodities e dos insumos que afetam os custos do setor (embalagens, fretes).

O diagnóstico está feito. O desafio do setor brasileiro, agora, reconhecem todos, governo, analistas e empresários, é produzir mais. Tanto para abastecer o mercado interno e evitar que a inflação importada atrapalhe o ciclo virtuoso de crescimento da economia, como também para ajudar a arrefecer a inflação global. É um momento precioso para o Brasil ratificar o seu papel como um dos poucos países com capacidade para elevar a produção de alimentos e se firmar como provedor mundial.

O cenário atual se desenhou sobre o fundo da alta do consumo mundial de alimentos, marcada principalmente pela participação, a cada dia mais acentuada, dos países

asiáticos e outros emergentes no mercado consumidor, contribuindo para aumentar a demanda por soja, arroz, trigo, milho, itens fundamentais na produção de derivados para a alimentação e de ração para todo tipo de produção animal em escala.

A polêmica sobre os biocombustíveis se insere nesse quadro, porque sua produção estaria contribuindo para reduzir as áreas destinadas ao plantio de alimentos. Desde logo se viu que o etanol brasileiro, derivado da cana-de-açúcar, não afeta o mercado de commodities agrícolas, diferentemente do etanol norte-americano, produzido a partir do milho.

No período em que se iniciou a alta de preços de alimentos no mercado interno, o dique dos custos das commodities já se havia rompido mundo afora. No ano passado, os preços internacionais subiram mais de 50%. Esse aumento bateu no mercado brasileiro ainda no final de 2007 e se tornou maior pouco depois, a partir do início deste ano, em plena safra, quando se esperava que os preços fossem cair.

Essa conjuntura internacional não afetou a entrega de produtos no mercado brasileiro, mas elevou os preços das principais matérias-primas. Alguns países contingenciaram a exportação de suas commodities, como a vizinha Argentina, que proibiu a exportação de trigo e outros grãos, estrangulando ainda mais a oferta e obrigando a indústria brasileira a comprar em mercados mais distantes, com custos maiores.

Petróleo e seus derivados, de fertilizantes a embalagens, tudo continuou a subir, influenciando os preços dos alimentos e pressionando toda a cadeia produtiva. Os preços dos fretes dispararam em função do petróleo, este transformado em refúgio diante das incertezas da economia norte-americana, que debilitam o dólar. A opção clara foi manter a produção e a oferta, ainda que fosse impossível não repassar parte desses custos aos preços.

A primeira decisão do Banco Central aos sinais de pressão inflacionária foi elevar os juros. Mas em seguida o governo reagiu à inflação importada, decidindo utilizar os estoques de arroz, reduzir a taxa sobre o trigo e anunciar mais investimentos para a produção agrícola. Outro fator que preocupa o governo é a alta dos preços dos fertilizantes, já que o Brasil é importador de mais de 50% do que consome.

A mudança de direção na avaliação do governo coincide com o cenário traçado há tempo pelos empresários. E há muito que fazer. Em 2007, o setor exportou US\$ 26 bilhões em alimentos processados (sem as commodities). E foi responsável por cerca de US\$ 23 bilhões do superávit da balança comercial (importou menos de US\$ 3 bilhões), ou perto de 60% do superávit total do País, de US\$ 40,039 bilhões no ano.

Se quiser manter sua performance no mercado internacional, o Brasil terá de construir urgentemente uma alternativa para a questão cambial, que corrói os esforços de exportação, e cuidar do fornecimento ao mercado interno com sabedoria, por exemplo, deixando de taxar os produtos da cesta básica. Terá de enfrentar o desafio de escolher entre a adoção de novas tecnologias, apesar de contestadas, ou optar por ampliar as áreas de plantio, ou as duas coisas. São questões controversas, mas terão de ser discutidas. São temas que os preservacionistas mantêm em foco, como se a meta de produzir mais

alimentos e atender a mais pessoas fosse causa menos nobre. Governo e sociedade terão de chegar a um acordo sobre o caminho a trilhar. Mesmo porque as obras de infra-estrutura precisam avançar em todas as áreas para garantir a oferta e o fluxo de matérias-primas para a indústria. Sem o aumento da oferta de matérias-primas não haverá comida para todos. O setor de alimentos está pronto para esses desafios e para se manter entre os maiores produtores do mundo. Precisa, para isso, de tempo e dos instrumentos de adequação. ***Edmundo Klotz, engenheiro, é presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia)**

Fotossíntese, a chave para produzir mais alimentos no mundo - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2008

Cientistas americanos, europeus e asiáticos quebram a cabeça para alcançar um feito que poderá ajudar a resolver o problema da fome no mundo. Através de modificações genéticas, eles tentam aumentar a eficiência das plantas para que elas ofereçam, no futuro próximo, um volume maior de alimentos. No centro das pesquisas está a fotossíntese, o processo químico pelo qual as plantas crescem.

Segundo especialistas, elevar a eficiência fotossintética das plantas pode ser o caminho mais curto para atender à crescente demanda internacional por alimentos, trazida à tona nos últimos meses pela escassez de matéria-prima, sobretudo nos países mais pobres. Estimativas da FAO, o braço das Nações Unidas para a agricultura, apontam para um consumo de 771 milhões de toneladas somente de arroz em 2030 - o mínimo necessário para alimentar uma população mundial que chegará aos 8,3 bilhões neste mesmo período.

O órgão da ONU lembra e ninguém mais parece duvidar: é uma tarefa monstruosa na medida em que as terras e os recursos hídricos disponíveis diminuem em consequência da industrialização e do processo mundial de urbanização.

Nos centros de pesquisas, o desafio é fazer com que as plantas geneticamente modificadas consigam, com a mesma intensidade de luz, produzir mais energia química (glicose). Em outras palavras, aumentar a eficiência do uso de energia das plantas para aumentar também a produção do alimento.

Pelo processo natural da fotossíntese, as plantas conseguem hoje transformar em alimento apenas 1% a 1,5% de toda a incidência de luz solar que recebem. As modificações genéticas visam a esticar esse percentual. "Se fosse possível elevar para 1,7% já seria um grande ganho", afirma Carlos Labate, professor do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esaq/USP).

Embora ainda restritos dada a complexidade dos processos biológicos, os experimentos seguem numa constante. A multinacional americana Monsanto investirá entre US\$ 80 milhões e US\$ 100 milhões, no período de dez anos, em diferentes linhas de pesquisas para criar plantas eficientes do ponto de vista fotossintético e de absorção de água e fertilizantes.

"Elevar a produtividade da planta é uma das tarefas mais difíceis", afirma Timothy Conner, líder de estratégias e tecnologia para a Monsanto na América Latina. "O gene não é mais o problema, mas o conhecimento sobre como ele funciona. Isso é o fator limitante".

Conner explica que as pesquisas internacionais giram em torno do milho, mas alguma coisa já está sendo feita com algodão e soja. O sucesso do mapeamento do genoma do arroz, em 2002, também criou oportunidades para a aplicação de recursos genéticos no cereal. Na Ásia, uma força-tarefa pretende elevar a produtividade do cereal na região, que consome e produz 90% do arroz do mundo.

Durante décadas, o homem e a própria natureza, em seu processo evolutivo, se encarregaram de elevar a produtividade das plantas. O Século XX registrou boa parte desse avanços, com cruzamentos de sucesso e a melhoria das práticas agronômicas no campo. A literatura mostra, no entanto, que a taxa de fotossíntese permaneceu inalterada na maior parte das plantas.

"Quando a planta atinge o topo de sua eficiência, é preciso encontrar outros caminhos. E o melhoramento genético e a transgenia são essas respostas", explica Eduardo Caruso Machado, pesquisador de fisiologia vegetal do Instituto Agronômico de Campinas (IAC).

Um dos campos de experiência nos quais muitos cientistas apostam é o da conversão das plantas C3 em C4, as duas principais classes de plantas - o "C" refere-se ao carbono capturado por fotossíntese para o crescimento da planta.

Grosso modo, o primeiro grupo é formado por plantas menos eficientes em fixação de carbono, o que impacta de forma direta em sua produção; no segundo grupo, o das C4, estão as plantas que, por uma questão evolutiva, são mais eficientes. A má notícia é que a maioria esmagadora dos alimentos encaixa-se no primeiro grupo - arroz, feijão, soja, trigo, batata, leguminosas e hortaliças. Já os alimentos C4 não encham uma mão: milho, sorgo e cana-de-açúcar.

O Instituto Internacional de Pesquisa com o Arroz (IRRI), ligado à ONU, tem se debruçado sobre a conversão de arroz C3 em C4 desde 2000. Em 2005, o tema foi considerado uma das prioridades de pesquisa e conta com um orçamento de US\$ 1,5 milhão por três anos para provar que o conceito é viável.

"Os sinais iniciais são bons", diz John Sheehy, pesquisador do IRRI em Manila, nas Filipinas. Segundo ele, um consórcio internacional de instituições trabalha no projeto, que deverá tomar de dez a 15 anos. "Mudar a engrenagem da fotossíntese do arroz poderá elevar a sua produtividade em 50%, para cerca de 5 toneladas por hectare. Ao mesmo tempo, reduzirá o uso da água em 50% e melhorará o uso de fertilizante nitrogenado. Uma vez que conseguirmos isso, a tecnologia estará disponível para qualquer cultura, como o trigo", diz.

A estratégia utilizada nas plantas C3 visa a alterar as condições em que enzimas-chave (particularmente a Rubisco) trabalham. Ela é a principal enzima do chamado ciclo de Calvin - uma série de reações bioquímicas que resultam na fixação do carbono do CO₂. O processo é lento e complexo. No passado recente, os cientistas listavam entre suas dificuldades a necessidade de transformar vários genes simultaneamente. Hoje, já há uma corrente que obtém efeitos significativos alterando um gene.

Além dos obstáculos práticos, os avanços na biotecnologia suscitam temores gigantescos entre setores da sociedade civil. As perguntas são: 1) a que preço a intervenção humana nos alimentos nos salvará da fome?; e 2) qual a garantia de que a produção transgênica não impactará a saúde humana?

Nesse aspecto, as dúvidas tendem a persistir por mais tempo. "De qualquer forma, serão necessários ainda alguns anos para se alcançar o nível de eficiência fotossintética desejado", diz Sheehy, do IRRI. Mas o caminho está traçado.

Grãos sobem, mas inflação de alimentos pode perder fôlego – Valor econômico – Agronegócios - 17/07/2008

Após duas sessões seguidas de fortes quedas, as cotações de soja, milho e trigo, as principais commodities agrícolas negociadas nas bolsas globais voltaram a subir ontem em Chicago, impulsionadas sobretudo pela expectativa de que a progressiva desvalorização do dólar em relação a outras moedas alavanque ainda mais a demanda dos países importadores pelos produtos americanos.

Cálculos do Valor Data para os contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) naquele mercado mostram que a maior alta diária foi registrada pelo trigo (2,7%), cujos papéis para dezembro fecharam a US\$ 22,50 por bushel. A soja para setembro subiu 1,96%, para US\$ 15,58 o bushel, enquanto o bushel do milho para dezembro encerrou o pregão a US\$ 6,7725, ganho de 1,57%.

"As exportações são produto do dólar", afirmou Jason Britt, presidente da Central States Commodities Inc.. Baseado em Kansas City, Missouri, Britt se referia à aquisição de 102 mil toneladas de trigo dos EUA e do Canadá fechada pelo Iraque, para embarque imediato, e à possibilidade de os iraquianos decidirem ampliar a encomenda em mais 50 mil toneladas.

No mercado de soja de Chicago, a alta puxada pelo dólar - que no último ano caiu 11% em relação a uma cesta formada por euro, iene e outras quatro moedas - foi também influenciada pelos magros estoques americanos do grão, que poderão sofrer erosão maior caso o apetite externo pelo grão do país aumente demais. Em 31 de agosto, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), os estoques nacionais de soja deverão somar 3,4 milhões de toneladas, 78% menos que no mesmo dia de 2007.

Os preços dos grãos acumulam hoje valorizações ainda robustas, mas menores do que no primeiro trimestre, tomados como referência os últimos 12 meses. Segundo o Valor Data, no milho o salto dos contratos de segunda posição chega a 94,33%, na soja é de 76,79% e no trigo, de 38,71%. Em 2008, o milho subiu 45,1%, a soja 28,31% e o trigo apresenta queda de 4%.

Para analistas, isso pode significar que os preços estão próximas do limite do consumidor. A impressão casa com declarações de ontem de Abdolreza Abbassian, economista sênior da Organização das Nações Unidas (ONU), para quem a inflação dos alimentos dá mostras de estabilização - apesar da ameaça de o fator dólar resultar em uma volta da espiral "altista".

Não por acaso, a ascensão das cotações das commodities agrícolas perdeu fôlego ao mesmo tempo em que muitos fundos de investimentos que aplicam em índices reduziram suas apostas nessa frente. Na semana encerrada em 8 de julho, eles retiraram cerca de US\$ 630 milhões dos contratos futuros agrícolas, segundo balanço do banco UBS AG. A expectativa de que autoridades americanas adotem medidas para coibir a especulação nesses mercados pode ter ajudado para o movimento, conforme o banco. (Com Bloomberg)

Céu de brigadeiro para o agronegócio e fome para a população – Sítio Eletrônico do MST – 18/07/2008

Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a soja e o milho juntos dominaram 82,4% da safra de grãos produzida em 2007. Outros números mostram ainda que os latifundiários e as transnacionais continuam engordando. No período de janeiro a abril deste ano, o PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio cresceu 3,83% em relação a igual período do ano passado.

O IBGE aponta ainda que a área plantada de grãos diminuiu em 1,5%. Essa diminuição, aliada a outros fatores, como a crescente produção de álcool a base de milho e soja, que resultou numa sobra menor para rações animais e produtos de consumo humano, fez com que os preços dos grãos aumentassem.

A escalada dos preços do milho e da soja foi um dos principais motores da pressão mundial dos preços dos alimentos desde o ano passado.

Com a escassez, o feijão-preto subiu 147,46% nos 12 meses encerrados em junho, segundo o IPCA. O arroz acumulou alta de 46,66%. Derivados de soja e trigo aumentaram com força, como pão francês (29,42%) e óleo de soja (52,69%). As carnes subiram 37,66%. *(Com informações da Folha de S.Paulo)*

UE propõe fundo de 1 bi de euros de combate à alta dos alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008

A Comissão Européia, o braço executivo do bloco de 27 países, propôs a criação de um fundo de 1 bilhão para incentivar a agricultura nos países em desenvolvimento, buscando amenizar o impacto da alta nos preços dos alimentos.

Segundo a entidade, o dinheiro do fundo -que deve funcionar até o ano que vem- virá de parte do orçamento para a agricultura da União Européia que não for utilizada. A medida, porém, deve criar polêmica, já que alguns países do bloco esperam que essa verba retorne para os seus orçamentos.

"Isso [o fundo] é um ato de solidariedade com os mais pobres do mundo, mas também uma medida responsável para promover a estabilidade. Ele busca aumentar a produção agrícola nos países em desenvolvimento para combater a elevação nos preços dos alimentos. Esse aumento nos estoques é necessários para combater a alta dos preços dos alimentos em todo o mundo", afirmou, em nota, o presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso.

Segundo o organismo, a intenção do fundo é facilitar o acesso dos agricultores de países em desenvolvimento, especialmente da África, a produtos como fertilizantes e sementes, aumento a produtividade dessas regiões.

Nos últimos meses, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, tem afirmado que mais 100 milhões de pessoas podem entrar no contingente das que passam fome devido ao aumento nos preços dos produtos agrícolas. Existem 854 milhões de pessoas subnutridas no mundo, segundo dados da FAO (órgão da ONU para a agricultura e a alimentação).

Alta de preços agrícolas no mundo não dá mostras de arrefecer e exige vigilância crescente da política monetária

ENTRE MEADOS de julho de 2007 e julho de 2008, as cotações dos produtos agrícolas, minerais e energéticos subiram em média 44% no planeta. Entre os alimentos, a maior alta coube ao milho, 108%. As menores, ao suco de laranja -estagnado - e carnes suínas, apenas 1%. Em um dos extremos desse amplo intervalo, encontram-se a cotação da soja, com alta de 91%; do arroz, com variação de 76%. Na outra extremidade, carnes bovinas, com valorização de 8%; algodão, 10%; café, 27%; trigo, 37%.

A despeito de comportamentos tão heterogêneos, as altas têm se propagado. Segundo o FMI, a inflação global dos alimentos quase dobrou em 2007. Enquanto nos países industrializados alcançou 3%, em países em desenvolvimento chegou a 10%. Entre esses últimos, a inflação de alimentos atinge mais fortemente as populações mais pobres e urbanas. Nesse cenário, as nações mais vulneráveis são as dependentes de importações de alimentos e com elevada incidência de miséria urbana.

O ciclo de alta nos preços dos alimentos ainda não dá nenhum sinal seguro de arrefecimento. Espera-se que a alta fomenta o crescimento da produção, mas isso leva tempo, por depender de ciclos de plantio e colheita. Como os estoques públicos atuais persistem relativamente baixos, as cotações ainda podem sofrer algumas oscilações abruptas.

A esse respeito, uma proposta interessante que tem surgido seria montar uma espécie de fundo mundial com os estoques públicos das principais nações produtoras. Ele funcionaria para direcionar alimento guardado em países que não sofrem crise de abastecimento para nações em emergência alimentar. Mas essa é uma solução para médio e longo prazo. Se os países começarem a comprar mais comida agora para elevar estoques, só vão pressionar ainda mais os preços.

Por falar em preços, nos EUA o índice ao consumidor acumulado em 12 meses apresentou alta de 4,2% em junho. Os alimentos subiram 5,2%. Na área do euro, a inflação do consumo projeta alta de 4% em junho, com destaques para a comida, que subiu 6,4%. No âmbito doméstico, mais um indicador revelou mesma tendência. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o IGP-10 subiu 2% em julho, acumulando 14,72% em um ano. Mais uma vez a alta de itens como soja, milho e carne no atacado foi determinante.

Sem um auxílio mais vigoroso da política fiscal, que seria muito bem-vindo neste momento, o Banco Central brasileiro vai continuar elevando os juros básicos. É preciso monitorar a conjuntura com muita atenção, contudo, pois a hipótese de uma reversão abrupta de tendências, com deflação em energia e alimentos logo à frente, não está descartada.

O preço dos alimentos – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Brasil - 22/07/2008

A economia mundial está vivendo as dificuldades de duas crises simultâneas, mas de origem e conseqüências diferentes: 1) a financeira, que se iniciou com a descoberta - a partir dos problemas surgidos no setor imobiliário americano - da imoralidade que se escondia no sistema financeiro internacional; e 2) a produzida pela rápida evolução dos preços do petróleo, dos metais e dos alimentos.

A primeira é resultado da falta de cuidado das agências, que permitiram à imaginação financeira transformar créditos duvidosos em papéis de primeira linha. Isso foi feito apondo marcas "famosas" aos papéis de péssima qualidade escondidos dentro dos que emitiram. Tudo debaixo do nariz dos mecanismos de controle do sistema financeiro (às vezes nos bancos centrais) e das agências de "risco", como agora reconheceu o relatório do Instituto de Finanças Internacionais. A grave imoralidade reside no fato de que esses riscos não eram registrados nos balanços das marcas "famosas". Isso foi possível devido à hegemonia de um falso pensamento liberal, que sugere que o "mercado" dá aos agentes não só a oportunidade de lucro, mas também a moralidade. Cada um deles teria no seu peito o "espectador imparcial" sonhado por Adam Smith. Essa crise deu a volta ao mundo: atingiu primeiro o sistema financeiro americano, migrou para o sistema financeiro europeu e está ameaçando o japonês.

A desorganização do sistema creditício vai aos poucos minando o crescimento da economia real nos países desenvolvidos. Hoje, as melhores estimativas mostram que o aumento do PIB dos EUA será da ordem de 1,3% em 2008 (contra 2,2% em 2007) e na Eurolândia será de 1,7% (contra 2,6% em 2007).

A segunda crise é resultado de um fato benigno: o rápido crescimento da economia dos países emergentes, que vem ocorrendo há uma década. Em 2007, elas cresceram 8,0% e em 2008 provavelmente crescerão qualquer coisa como 7% (o Brasil cresceu 5,4% em 2007 e espera-se que cresça em torno de 5% em 2008). O rápido aumento da demanda desses países, produzido pela expansão da sua produção industrial e urbanização, levou a um desequilíbrio físico entre as ofertas e procuras globais de petróleo, minérios e alimentos.

Esse desequilíbrio, mesmo em condições normais de pressão e temperatura, levaria a um aumento importante dos seus preços, devido a uma demanda com considerável elasticidade-renda e pequena elasticidade-preço. Os aumentos de preços foram muito maiores por causa da imensa desvalorização do dólar americano, que é a unidade de conta no mercado internacional. Uma pequena redução do crescimento, um pequeno aumento da oferta e alguma valorização do dólar podem inverter esse movimento.

O desequilíbrio físico nos mercados de petróleo, metais e alimentos, a desvalorização da unidade de medida e a extrema liquidez gerada pelo comportamento dos bancos centrais criou uma inflação planetária que pode ser apreciada na tabela abaixo, onde se registram as taxas de inflação no fim do primeiro semestre de cada ano.

No caso brasileiro, quase 2/3 do aumento da taxa de inflação se deve à pressão dos preços agrícolas, o que mostra a nossa completa integração com o mercado mundial desses produtos. Tivemos uma excelente safra 2007/08 (crescimento de 8,1% dos grãos) e o governo teve o bom senso de não interferir nas exportações, o que nos tornou fornecedores confiáveis. É preciso entender, entretanto, que nossos preços internos não são mais determinados por nossa oferta e procura internas. São estabelecidos no mercado internacional e internalizados pela taxa de câmbio flutuante, o que coloca sérias dificuldades para a política monetária de controle da taxa de inflação.

O quadro abaixo mostra esse fato. Hoje, a oferta e a demanda de alimentos do Brasil são parte integrante do mercado mundial onde se estabelece o preço de equilíbrio em dólares. A demanda mundial determina o volume das exportações brasileiras que, combinado com o preço externo, produz o valor de nossas exportações, o que influencia a taxa cambial. É esta e o preço externo que fixam o preço interno. Este, por sua vez, determina o que será produzido (na próxima safra) e consumido (nesta safra) pelos brasileiros. Para ajudar o Banco Central a controlar a taxa de inflação é preciso dar ênfase a uma política agrícola que aumente a produção e a produtividade dos alimentos, cujos preços são formados internamente: verduras, tubérculos, feijão, peixe, frutas, ligados à agricultura familiar. ***Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras**

Produtores querem Política Geral de Preços Mínimos - - Sítio Eletrônico da CNA - 24/07/2008

As dificuldades enfrentadas pelos produtores independentes de cana-de-açúcar, que estão recebendo preços até 50% inferiores aos custos de produção, reforçam a urgência de inclusão deste produto na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM). O mecanismo garantiria uma rentabilidade mínima ao setor canavieiro a partir de instrumentos como o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepto), que é uma subvenção econômica dada ao produtor rural ou cooperativa que vender seu produto pela diferença entre o valor de referência definido pelo Governo e o do Prêmio arrematado em leilão. O Pepto é acionado quando o preço comercializado nos leilões fica abaixo do preço de referência.

No Nordeste, os custos totais da lavoura são 22% superiores aos custos dos produtores da região Centro-Sul, enquanto os custos operacionais chegam a ser 30% maiores. Este quadro é atribuído se deve ao grande número de empregados utilizados em todas as fases da lavoura de cana no Nordeste. Do plantio até a colheita, os gastos com mão-de-obra são quase o dobro das despesas dos produtores de cana da região Centro-Sul. A estimativa para a safra 2008/2009 é de que os preços tenham acréscimo de apenas R\$ 0,50 na comparação com a safra anterior. Em São Paulo, que responde por 60% da produção nacional, os preços pagos aos produtores devem subir R\$ 0,12 na próxima safra. No entanto, os custos de produção devem ter alta de 15%, por causa principalmente da elevação dos fertilizantes.

As informações estão em artigo publicado na edição nº 226 do [Informativo Técnico Revista Gleba](#).

Falta de acordo levará a alta em alimentos, diz CNA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) criticou ontem o impasse nas negociações da Rodada Doha de liberalização comercial da OMC, avaliando que um eventual fracasso em acordo na área agrícola "servirá como combustível para uma alta no preço dos alimentos."

Em nota divulgada no fim da tarde, o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA, Gilman Viana Rodrigues, afirma que "o cenário observado nas negociações aponta para mais um adiamento de uma decisão que resulte na abertura do comércio". Como consequência do impasse, argumentou Rodrigues, "essa restrição ao comércio será revertida só quando houver um desequilíbrio no abastecimento. Quem tiver [alimentos para exportar] receberá mais."

Desastres naturais na Ásia, uso de grãos para biocombustíveis nos EUA e na Europa, especulação nos mercados futuros de commodities agrícolas após o estouro da bolha imobiliária nos EUA e aumento do preço do petróleo vêm pressionando a cotação dos alimentos. Segundo a CNA, uma conclusão insatisfatória de Doha agrava esse quadro. A proposta dos EUA de limitar os subsídios domésticos em US\$ 15 bilhões foi elogiada pela CNA porque impediria o repasse de subsídios de uma lavoura para outra. "Os produtos brasileiros que poderiam ser favorecidos com a medida seriam algodão, milho e soja."

Fiasco agrava crise de alimentos e desigualdade – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 31/07/2008

O fracasso da Rodada de Doha da OMC deve agravar ainda mais a crise global dos alimentos. A falta de acordo, segundo especialistas, pode elevar ainda mais os preços de produtos agrícolas e, em alguns casos, causar desabastecimento e aumento da desigualdade no mundo.

— A permanecer o atual nível de protecionismo de países desenvolvidos, Índia, China, Japão e outros, temos que torcer para não haver, por exemplo, uma seca como a de 2007, que nos custou 57 milhões de toneladas de alimentos. Protecionismo sempre agrava a crise — disse Mauro Lopes, professor da FGV, lembrando que, na crise do trigo, alguns países limitaram ou taxaram exportações, desabastecendo outros países.

Para Ricardo da Cotta, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o fracasso das negociações abre espaço para a política de subsídios, que faz com que a atual crise se perdue por mais tempo, com inflação e preços em escalada no mercado mundial.

— O ajuste de preços, demanda e oferta poderia vir naturalmente com o comércio livre. A saída agora é produzir.

Na avaliação de Renato Maluf, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a crise de alimentos vai além de acordos comerciais.

— A hora é de repensar em estímulos à agricultura familiar, valorizar a produção doméstica e buscar alternativas de produção menos dependente do petróleo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

